

Centro Vianeí de Educação Popular

Sistematização do Território Serra Catarinense



Projeto 429-MA



Atuando em
Educação Popular
e Agroecologia
desde 1983



Centro Vianei de Educação Popular

**Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio
no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde**

C.G.C.78.492.261/0001-63 AVICITECS - I. E: Isenta
Av. Papa João XXIII, 1565 - Cx. P. 111 - Lages/SC - CEP: 88.505-200
Fone/Fax: (49) 3222-4255 - e-mail: vianei10@brturbo.com.br

Lages (SC), novembro de 2011.

PROJETO: 429-MA

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE

Sistematização do Território Serra Catarinense

Termo de Referência: ***“elaboração de propostas para o aprimoramento de políticas de desenvolvimento de territórios rurais, procurando integrá-las de forma coerente com a perspectiva agroecológica e desenvolvimento de metodologias de identificação e mapeamento de experiências”.***

Consultores:

Selênio Sartori
Natal João Magnanti

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	06
2. INTRODUÇÃO	06
3. TERRITÓRIO SERRA CATARINENSE	10
4. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO TERRITÓRIO SERRA CATARINENSE	11
4.1 - Características demográficas	11
5. ESTRUTURA FUNDIÁRIA	15
6. PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	19
7. PRINCIPAIS SITUAÇÕES DE AMEAÇAS NO TERRITÓRIO	25
7.1 - Organização Social no Território	26
8. REDE DE AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO SERRA CATARINENSE	28
9. A COOPERATIVA ECOLÓGICA ECOSERRA	33
10. FLUXO DE PRODUTOS	38
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
12. ANEXOS	42

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela Nº 1 - Taxa de pobreza absoluta* em alguns estados selecionados, em 1995 e 2008	07
Tabela Nº 2 - Taxa de pobreza extrema* em alguns estados selecionados, em 1995 e 2008	07
Tabela Nº 3 - Relação entre o número de emprego celetista e a estimativa populacional segundo as Unidades da Federação	08
Tabela Nº 4 - Número de emprego celetista por habitante segundo as mesorregiões de Santa Catarina	09
Tabela Nº 5 - Arrecadação de ICMS em Santa Catarina, em 2009, por mesorregiões	09
Tabela Nº 6 - Remuneração média mensal do trabalhador industrial de Santa Catarina em 2008 e 2009	10
Tabela Nº 7 - Território Serra Catarinense, população total e variação percentual por município – 2000, 2007 e 2010	13

Tabela Nº 8 - Território Serra Catarinense - População total, urbana e rural e percentual de população urbana e rural	14
Tabela Nº 9 - Território Serra Catarinense - Total de Estabelecimentos, Área e Percentuais de Agricultura Familiar e Patronal	16
Tabela Nº 10 - Território Serra Catarinense - Estabelecimentos Agropecuários e Grupos de Área Total	17
Tabela Nº 11 - Território Serra Catarinense - Estabelecimentos Agropecuários e Grupos de Área Total.....	17
Tabela Nº 12 - Território Serra Catarinense - Estabelecimentos Agropecuários por Condição do Produtor	18
Tabela Nº 13 - Território Serra Catarinense - Valor da Produção da Lavoura Temporária (Mil Reais)	20
Tabela Nº 14 - Território Serra Catarinense - Área Plantada com Lavoura Temporária	21
Tabela Nº 15 - Território Serra Catarinense - Valor da produção (Mil Reais) da lavoura permanente	22
Tabela Nº 16 - Território Serra Catarinense - Área plantada da lavoura permanente (ha)	22
Tabela Nº 17 - Território Serra Catarinense - Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho	23
Tabela Nº 18 - Território Serra Catarinense - Madeira em Tora para Papel e Celulose: Quantidade Produzida e Valor da Produção	24
Tabela Nº 19 - Produção de produtos madeireiros na Serra Catarinense	26
Tabela Nº 20 - Projetos do PAA para 2011/12	36
Gráfico Nº 1 - Alimentos comercializados em maior quantidade no período de abril de 2009 até abril de 2010	40

LISTA DE FIGURAS

Figura Nº 1 - Território do MDA em Santa Catarina	11
Figura Nº 2 - Localização Geográfica do Território	12
Figura Nº 3 - Diagnóstico Florestal do município de Otacílio Costa e entorno. Mapa temático dos povoamentos de pinus e eucalyptus	25

1. APRESENTAÇÃO

O presente estudo de caso é parte integrante da meta 1.4 prevista no Projeto Nº 429-MA apresentado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) à chamada 5 de apoio a projetos em redes do PDA Mata Atlântica.

As ações que integram esse projeto inserem-se em um processo mais amplo de geração de conhecimentos, desenvolvido pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e, intensificado a partir do **II Encontro Nacional de Agroecologia** (ENA).

O Mapa das Expressões da Agroecologia, construído de forma coletiva e descentralizada no processo preparatório do II ENA, teve como propósito dar visibilidade pública ao campo agroecológico e suas múltiplas manifestações, enfocando as experiências a partir dos seus significados temáticos para o

debate de políticas setoriais.

A novidade que o projeto aportou foi a incorporação da abordagem territorial¹ como meio para ressignificar as experiências inovadoras naquilo que elas apontam como orientação para a integração das políticas voltadas para o desenvolvimento rural e a construção social dos territórios.

Neste contexto se justifica a realização deste estudo participativo das políticas públicas setoriais e temáticas dirigidas à agricultura familiar: acesso a terra, assistência técnica e extensão rural, crédito, conservação da biodiversidade, segurança alimentar entre outras que incidem no território da Serra Catarinense e suas relações com o **Programa de Desenvolvimento Territorial** da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

2. INTRODUÇÃO

O estado de Santa Catarina possui uma área territorial de 95.346,18 km², correspondendo a 1,1 % do território nacional.

Santa Catarina possui um importante parque industrial, ocupando posição de destaque no Brasil. A indústria de transformação catarinense é a quarta do país em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores. O segmento alimentar é o maior empregador, seguindo-se o de artigos do vestuário e o de produtos têxteis.

O PIB catarinense é o sétimo do Brasil, re-

gistrando, em 2007, R\$ 104,6 bilhões. O setor secundário participa com 35,7%, o setor terciário com 57,1% e o primário com 7,2%. Dentro do setor secundário, a participação da indústria de transformação é de 24,2%, de acordo com a nova metodologia de cálculo do IBGE.

A economia industrial de Santa Catarina é caracterizada pela concentração em diversos pólos, o que confere ao estado padrões de desenvolvimento relativamente equilibrados entre as regiões: cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentar e móveis no

1 - Compreendemos território não como unidade administrativa ou como um recorte espacial, mas, sim, como o resultado de um processo histórico de construção de identidades.

Oeste; têxtil, vestuário e cristal no Vale do Itajaí; metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário no Norte; madeireiro na região Serrana e tecnológico na Capital. Embora haja essa concentração por regiões, muitos municípios estão desenvolvendo vocações diferenciadas, fortale-

cendo vários segmentos de atividade.

O desenvolvimento proporcionado nos últimos anos fez com que a população melhorasse a sua condição de vida. Essas informações podem ser corroboradas observando as tabelas abaixo.

Tabela Nº 1

Taxa de pobreza absoluta* em alguns estados selecionados, em 1995 e 2008

Unidades da Federação	%		Variação % 2008/1995
	1995	2008	
Santa Catarina	29,8	11,5	-61,41
São Paulo	20,7	12,8	-38,16
Rio de Janeiro	28,8	18,2	-36,81
Paraná	39,1	18,7	-52,17
Distrito Federal	23,6	19,3	-18,22
Rio Grande do Sul	31,5	19,5	-38,10
Goiás	47,4	25,0	-47,26
Minas Gerais	46,9	25,6	-45,42
Mato Grosso do Sul	43,9	26,6	-39,41
Mato Grosso	45,9	26,8	-41,61
Brasil	43,4	28,8	-33,64

Fonte: IBGE/PNAD. Comunicados do IPEA nº 58, julho de 2010.

*Rendimento médio domiciliar per capita de até meio salário mínimo.

Tabela (Nº 2)

Taxa de pobreza extrema* em alguns estados selecionados, em 1995 e 2008

Unidades da Federação	%		Variação % 2008/1995
	1995	2008	
Santa Catarina	10,7	2,8	-73,83
São Paulo	7,1	4,6	-35,21
Paraná	17,6	5,7	-67,61
Rio Grande do Sul	11,4	6,0	-47,37
Rio de Janeiro	9,9	6,1	-38,38
Distrito Federal	8,8	7,0	-20,45
Goiás	19,8	7,5	-62,12
Mato Grosso do Sul	16,1	8,7	-45,96
Mato Grosso	20,8	8,9	-57,21
Espírito Santo	20,6	9,1	-55,83
Brasil	20,9	10,5	-49,76

Fonte: IBGE/PNAD. Comunicados do IPEA nº 58, julho de 2010.

*Redimento médio domiciliar de até um quarto do salário mínimo

Um fator importante que é fundamental para que a condição de vida melhore de forma substancial é a condição de emprego formal em regime da consolidação das leis trabalhis-

tas (CLT). Santa Catarina no ano de 2009 tem o melhor desempenho do Brasil em termos de relação entre emprego formal e estimativa populacional conforme tabela abaixo.

Tabela Nº 3

Relação ente o número de emprego celetista e a estimativa populacional segundo as Unidades da Federação

UF	Emprego CLT 2009(*)	Estimativa Populacional (IBGE/2009)	Emprego CLT por habitante(%)
Santa Catarina	1.589.317	6.118.743	26,0
São Paulo	10.442.210	41.384.039	25,2
Distrito Federal	605.673	2.606.885	23,2
Paraná	2.137.041	10.686.247	20,0
Rio Grande do Sul	2.143.106	10.914.128	19,6
Rio de Janeiro	3.063.073	16.010.429	19,1
Espírito Santo	635.237	3.487.199	18,2
Minas Gerais	3.398.930	20.033.665	17,0
Mato Grosso do Sul	374.800	2.360.498	15,9
Mato Grosso	460.377	3.001.692	15,3
Goiás	852.112	5.926.300	14,4
Rondônia	187.951	1.503.928	12,5
Pernambuco	973.026	8.810.256	11,0
Sergipe	215.480	2.019.679	10,7
Rio Grande do Norte	333.914	3.137.541	10,6
Ceará	884.325	8.547.809	10,3
Amazonas	332.357	3.393.369	9,8
Bahia	1.357.529	14.637.364	9,3
Alagoas	288.585	3.156.108	9,1
Acre	57.182	691.132	8,3
Amapá	51.208	626.609	8,2
Tocantins	104.436	1.292.051	8,1
Paraíba	292.324	3.769.977	7,8
Roraima	31.212	421.499	7,4
Pará	534.849	7.431.020	7,2
Piauí	208.810	3.145.325	6,6
Maranhão	310.647	6.367.138	4,9
Total	31.865.711	191.480.630	16,6

(*) Considera os vínculos na RAIS 2008 acrescido do saldo do Caged em 2009
 Fonte: MTE - RAIS/2008 - Relação Anual de Informações Sociais
 Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

No estado estão situadas importantes indústrias, algumas com destaque na América Latina e outras no mundo. Santa Catarina é líder na América Latina em produção de cerâmica e porcelanas de mesa, copos e taças de cristais, elementos de fixação (parafusos, porcas), blocos e cabeçotes para motor, máquinas para desdobramento de madeira; impulsores de partida, mancais e polias para veículos; matrizes e pulsões para a indústria cerâmica, compressores de pistão, fitas elásticas e fitas rígidas; motores, geradores e transformadores elétricos;

portas de madeira e camisetas de malha.

De janeiro a dezembro de 2009, as exportações catarinenses alcançaram o valor acumulado de US\$ 6,4 bilhões. Os valores exportados por Santa Catarina corresponderam a 4,20% das exportações brasileiras. Desta maneira o estado ocupa a décima colocação no ranking nacional. Os principais mercados de destino dos produtos catarinenses em 2009 foram Estados Unidos (11,6%), Países Baixos-Holanda (8,19%), Argentina (6,37%) e Japão (4,91%).

O Território Serra Catarinense caracteriza-se pela concentração da indústria de celulose e papel. A indústria de celulose e papel de Santa Catarina obteve uma participação de 6,4% sobre igual setor nacional em 2008, segundo o IBGE. O estado é o maior exportador de papel/cartão Kraftliner para cobertura do Brasil. É líder nos mercados de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais.

Em Santa Catarina está situada a maior produtora, exportadora e recicladora de papéis do Brasil. Também o setor madeireiro é

importante para a Serra Catarinense, sendo que a indústria madeireira do estado destaca-se em nível nacional tendo uma participação de 11,8% sobre igual setor do Brasil. É a primeira do país e na América Latina na fabricação de portas de madeira. Santa Catarina é o maior exportador de portas e respectivos caixilhos, alizares e soleiras do Brasil.

O território Serra Catarinense é caracterizado pelo pior desempenho em emprego formal se comparado ao desempenho de outras regiões de Santa Catarina. Essa informação pode ser observada abaixo na tabela.

Tabela Nº 4

Número de emprego celetista por habitante segundo as mesorregiões de Santa Catarina

Mesorregiões	Emprego CLT 2009(*)	Estimativa populacional (IBGE/2009)	Emprego CLT por habitante(%)
Vale do Itajaí	431.075	1.439.792	29,9
Grande Florianópolis	282.111	960.660	29,4
Norte catarinense	324.049	1.187.158	27,3
Oeste catarinense	278.781	1.198.990	23,5
Sul catarinense	205.178	910.933	22,5
Serrana	68.123	421.210	16,2
Total	1.589.317	6.118.743	26,0

(*) Considera os vínculos na RAIS 2008 acrescido do saldo do Caged em 2009

Fonte: MTE - RAIS/2008 - Relação Anual de Informações Sociais

Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Esse fraco desempenho em empregos formais também confere ao território um débil processo de arrecadação de impostos como pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela Nº 5

Arrecadação de ICMS em Santa Catarina, em 2009, por mesorregiões

Mesorregiões	Valor em R\$ Mil	% sobre o total	Setores com maior arrecadação
Oeste	410.978	5,94	Laticínios e produção alimentícia
Norte	1.761.163	25,45	Plásticos, vestuário, metalmecânico, combustíveis, lubrificantes e móveis
Serrana	305.865	4,42	Bebidas, papel e celulose
Vale do Itajaí	1.568.538	22,67	Têxtil, vestuário, fumo, combustíveis e lubrificantes
Grande Fpolis	2.388.429	34,52	Energia, telecomunicações, bebidas e supermercados
Sul	483.840	6,99	Cerâmica, produtos químicos e supermercados
Total	6.918.813*	100,00	Combustíveis e telecomunicações

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de SC

* Valor inferior à arrecadação total de SC pois as transferências provenientes de outros estados, devido a acordos de substituição tributária, não são computadas nas mesorregiões.

Além disso, o setor industrial madeireiro é o que mais emprega mão de obra no território, sendo o setor que na comparação com os demais setores é o que menos remunera os seus trabalhadores conforme pode ser visto da tabela abaixo. O setor de papel e celulose, também é um importante setor no Território, porém, remunera melhor a sua mão de obra.

Tabela Nº 6**Remuneração média mensal do trabalhador industrial de Santa Catarina em 2008 e 2009**

Gêneros	R\$ correntes	
	2008	2009
Alimentos e bebidas	1.231,29	1.266,81
Têxtil	1.216,68	1.305,57
Vestuário e acessórios	1.130,62	1.208,55
Couro e calçados	963,15	1.042,23
Madeira	866,64	934,14
Celulose e papel	1.950,15	2.004,17
Edição e impressão	1.673,54	1.713,58
Química	1.714,77	1.996,76
Plástico	2.069,17	2.077,67
Minerais não metálicos	1.518,13	1.599,40
Cerâmica	1.520,82	1.636,97
Metalurgia básica	1.811,87	1.911,44
Prod. metálicos - excl. máquinas	2.029,32	2.331,95
Máquinas e equipamentos	1.653,79	1.687,53
Máq., aparelhos e mat. elétricos	1.821,98	1.999,80
Mat. eletrônico e equip. comunicação	2.308,93	2.576,12
Veículos automotores, autopeças	1.384,91	1.759,96
Móveis	997,90	1.079,19
Diversas	1.888,58	2.177,77
Média Ind. Transformação*	1.568,41	1.704,04

Fonte: FIESC/Pesquisa Indicadores Industriais (amostral)

Remuneração paga total: valor bruto dos salários com horas extras, 13º, abonos, aviso prévio, PPR, banco de horas etc. menos encargos arcados pelo empregador como parcela do INSS, FGTS, SAT etc.

* Média dos valores acima, exceto cerâmica que é subitem.

Baseado nos dados acima e nas informações que serão apresentadas no texto que segue pretende-se demonstrar que apesar de problemas que o território Serra Catarinense tem no seu processo de desenvolvimento existe a possibilidade de avançar rumo a um processo mais sustentável. Este trabalho visualiza este território considerando-o como um espaço do estudo e as organizações locais dos

agricultores e agricultoras familiares serão os sujeitos da análise.

Ao introduzir estes novos significados no Mapa das Expressões da Agroecologia, esse instrumento terá reforçado o seu caráter político-pedagógico para subsidiar a leitura da realidade e organização do conhecimento, orientando a ação política de redes locais e regionais.

3. Território Serra Catarinense

Desde o ano de 2004 o estado de Santa Catarina através do Ministério do Desenvolvimento Agrário vem trabalhando numa perspectiva de Desenvolvimento de Territórios Rurais. O conceito adotado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA, define território como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado

por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”.

Figura Nº 1
Territórios do MDA em Santa Catarina



Territórios homologados pelo MDA em Santa Catarina

Adotar a abordagem territorial como referência para uma estratégia de apoio ao desenvolvimento rural se justifica por, ao menos, quatro aspectos:

- o rural não se resume ao agrícola. Mais do que um setor econômico, o que define as áreas rurais enquanto tal são suas características espaciais: o menor grau de artificialização do ambiente quando comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional, o maior peso dos fatores naturais.

- a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento. E, ao

mesmo tempo, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa.

- a necessidade de descentralização das políticas públicas, com a atribuição de competências e atribuições aos espaços e atores locais.

- o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

4. Caracterização Sócio-Econômica do Território Serra Catarinense

4. 1 - Características demográficas

A Figura 2, a seguir, apresenta a localização geográfica do Território no estado e dos municípios no interior do Território. Os dezoto municípios que constituem o Território Ser-

ra Catarinense abrangem uma área total de 16.085 Km², o que representa 16,9% da superfície de Santa Catarina.

Em 2000, sua população era de 287.276

habitantes (4,97% da população estadual), passando para 283.251 em 2010 (4,53% da população estadual).

Enquanto Santa Catarina registrou um crescimento populacional de 15,4%, a população do Território decresceu 1,40% no período intercensitário 2000-2010.

Segundo dados preliminares do Censo Demográfico de 2010 apresentados na Tabela

7 gráfica (DD) de 17,6 hab./Km², bem inferior aos 64,8 hab./Km² do estado e próximo da DD do país (21,7%).

As duas maiores densidades demográficas verificam-se em Lages (58,3 hab./km²) e Correia Pinto (22,5 hab./Km²). Todos os demais municípios têm DD inferiores a 20 hab./Km², sendo a menor delas de 2,1 hab./Km² registrada no município de Capão Alto.

Figura Nº 2

Localização Geográfica do Território



Figura 2: Localização geográfica dos municípios no Território

Além disso, dez municípios apresentaram crescimento populacional negativo no período de 2000 e 2010. Os municípios de Anita Garibaldi (-16,17%), Correia Pinto (-13,91%), Cerro Negro (-12,84%) e São José do Cerrito (-10,78%) foram os que registraram as maiores taxas de decréscimo populacional.

Dos dezoito municípios, nove possuem mais de cinco mil habitantes, e apenas quatro possuem mais de dez mil habitantes: Lages (153.944), São Joaquim (24.762), Otacílio Costa (16.284) e Correia Pinto (14.658).

Esses quatro municípios concentram (74,1%) do total da população do Território, sendo que Lages e São Joaquim exercem o papel de municípios-pólo e são sedes das duas Secretarias de Desenvolvimento Regional exis-

tentes no Território. Juntos concentram 63,2% da população total do Território, bem como os serviços essenciais à população. Vale ressaltar que o município de Lages sozinho concentra 54,4% da população de todo o Território.

Dentre todos os dezoito municípios, Palmeira tem a menor população (2.335 hab.), seguido por Painel (2.353 hab.) e Rio Rufino (2.436).

A Tabela Nº 7, demonstra que, em 2000, o percentual da população que vivia nos perímetros urbanos ou nas sedes de distritos desses municípios e que, por isso, foi considerada urbana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era da ordem de 79,5%, correspondendo a 228.297 habitantes.

O restante considerado, pelo mesmo

IBGE, como população rural – representava 20,5% do total da população, somando 58.979 pessoas. Sob essa mesma ótica, em 2010, a população rural decaiu em termos absolutos para 50.451 habitantes, ao passo que a população urbana cresceu para 235.840 habitantes. Em termos proporcionais, a relação populacional rural-urbana teria ficado 17,8% rural e 83,3% urbana.

Dentre os dezoito municípios do Território, treze registraram decréscimo da população considerada rural pelo IBGE no período

intercensitário 2000-2010 (Tabela Nº 7, sendo que sete registraram decréscimo percentual superior ao valor do Território (-14,5%).

Esta perda de população rural nos municípios e no Território encontra-se superior aos valores do estado (-12,12%) e da Região Sul (-13,76%).

Os principais decréscimos registrados ocorreram nos municípios de Correia Pinto, que perdeu 44,3% da sua população rural nesse período, seguido por Anita Garibaldi (-33,1%), Lages (-31,9%) e Capão Alto (-25,9%).

Tabela Nº7 - Território Serra Catarinense, população total e variação percentual por município – 2000, 2007 e 2010

Município	2000	Variação %	2007	Variação %	2010	Variação %	Área	D.D.
	Total	2000 2007	Total	2007 2010	Total	2000 2010	(km2)	2010
Anita Garibaldi	10.273	-11,02%	9.141	-5,79%	8.612	-16,17%	589	14,6
Bocaina do Sul	2.980	2,25%	3.047	7,81%	3.285	10,23%	496	6,6
Bom J. da Serra	4.079	3,31%	4.214	4,18%	4.390	7,62%	935	4,7
Bom Retiro	7.967	3,65%	8.258	8,28%	8.942	12,24%	1.056	8,5
Campo B. do Sul	8.051	-1,03%	7.968	-6,12%	7.480	-7,09%	1.027	7,3
Capão Alto	3.020	6,29%	3.210	-14,58%	2.742	-9,21%	1.335	2,1
Cerro Negro	4.098	-3,66%	3.948	-9,52%	3.572	-12,84%	417	8,6
Correia Pinto	17.026	-12,85%	14.838	-1,21%	14.658	-13,91%	652	22,5
Lages	157.682	2,47%	161.583	-4,62%	154.122	-2,26%	2.644	58,3
Otacílio Costa	13.993	12,15%	15.693	3,77%	16.284	16,37%	847	19,2
Painel	2.384	-3,65%	2.297	2,44%	2.353	-1,30%	742	3,2
Palmeira	2.133	9,42%	2.334	0,04%	2.335	9,47%	292	8,0
Ponte Alta	5.168	-1,70%	5.080	-4,70%	4.841	-6,33%	567	8,5
Rio Rufino	2.414	0,79%	2.433	0,12%	2.436	0,91%	283	8,6
São Joaquim	22.836	5,35%	24.058	2,93%	24.762	8,43%	1.886	13,1
São J. do Cerrito	10.393	-0,86%	10.304	-10,01%	9.273	-10,78%	946	9,8
Urubici	10.252	1,82%	10.439	2,34%	10.683	4,20%	1.019	10,5
Urupema	2.527	-1,03%	2.501	-0,80%	2.481	-1,82%	353	7,0
Total Território	287.276	1,42%	291.346	-2,78%	283.251	-1,40%	16.085	17,6
Santa Catarina	5.356.360	9,52%	5.866.252	6,54%	6.249.682	16,68%	95.346	65,5
Sul	25.107.616	6,48%	26.733.595	2,44%	27.384.815	9,07%	577.214	47,4
Brasil	169.799.170	8,36%	183.987.291	3,67%	190.732.694	12,33%	8.547.404	22,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, 2010, e Contagem da População 2007.

Tabela Nº 8 – Território Serra Catarinense - População total, urbana e rural e percentual de população urbana e rural													
Município	2000					População 2010					Variação %	Área	D.D.
	Urbana	%	Rural	%	Total	Total	Urbana	%	Rural	%			
Anita Garib.	4.188	40,8%	6.085	59,2%	10.273	8.612	4.555	52,9%	4.072	47,3%	-16,17%	589	14,6
Boc. do Sul	415	13,9%	2.565	86,1%	2.980	3.285	967	29,4%	2.323	70,7%	10,23%	496	6,6
B. J. Serra	2.123	52,0%	1.956	48,0%	4.079	4.390	2.397	54,6%	2.003	45,6%	7,62%	935	4,7
Bom Retiro	5.336	67,0%	2.631	33,0%	7.967	8.942	6.417	71,8%	2.525	28,2%	12,24%	1.056	8,5
Campo Belo do Sul	4.440	55,1%	3.611	44,9%	8.051	7.480	4.410	59,0%	3.076	41,1%	-7,09%	1.027	7,3
Capão Alto	604	20,0%	2.416	80,0%	3.020	2.742	962	35,1%	1.791	65,3%	-9,21%	1.335	2,1
C. Negro	694	16,9%	3.404	83,1%	4.098	3.572	764	21,4%	2.821	79,0%	-12,84%	417	8,6
C. Pinto	12.046	70,8%	4.980	29,2%	17.026	14.658	12.021	82,0%	2.773	18,9%	-13,91%	652	22,5
Lages	153.582	97,4%	4.100	2,6%	157.682	154.122	153.944	99,9%	2.793	1,8%	-2,26%	2.644	58,3
Otac. Costa	12.811	91,6%	1.182	8,4%	13.993	16.284	14.902	91,5%	1.446	8,9%	16,37%	847	19,2
Painel	824	34,6%	1.560	65,4%	2.384	2.353	945	40,2%	1.408	59,8%	-1,30%	742	3,2
Palmeira	771	36,1%	1.362	63,9%	2.133	2.335	925	39,6%	1.451	62,1%	9,47%	292	8,0
Ponte Alta	3.783	73,2%	1.385	26,8%	5.168	4.841	3.577	73,9%	1.318	27,2%	-6,33%	567	8,5
Rio Rufino	553	22,9%	1.861	77,1%	2.414	2.436	688	28,2%	1.748	71,8%	0,91%	283	8,6
S. Joaquim	16.129	70,6%	6.707	29,4%	22.836	24.762	17.573	71,0%	7.239	29,2%	8,43%	1.886	13,1
S. J. Cerrito	2.152	20,7%	8.241	79,3%	10.393	9.273	2.492	26,9%	6.781	73,1%	-10,78%	946	9,8
Urubici	6.661	65,0%	3.591	35,0%	10.252	10.683	7.069	66,2%	3.633	34,0%	4,20%	1.019	10,5
Urupema	1.185	46,9%	1.342	53,1%	2.527	2.481	1.232	49,7%	1.250	50,4%	-1,82%	353	7,0
Total	228.297	79,5%	58.979	20,5%	287.276	283.251	235.840	83,3%	50.451	17,8%	-1,40%	16.085	17,6
Sta Catarina	4.217.931	78,7%	1.138.429	21,3%	5.356.360	6.249.682	5.249.197	84,0%	1000485	16,0%	16,68%	95.346	65,5
Sul	20.321.999	80,9%	4.785.617	19,1%	25.107.616	27.384.815	23.257.880	84,9%	4.126.935	15,1%	9,07%	577.214	47,4
Brasil	137.953.959	81,2%	31.845.211	18,8%	169.799.170	190.732.694	160.879.708	84,3%	29.852.986	15,7%	12,33%	8.547.404	22,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, 2010, e Contagem da População 2007

5. Estrutura Fundiária

O processo de ocupação das terras determinou a atual estrutura fundiária do Território. A Tabela Nº 9, a seguir, demonstra que de um total de 14.883 estabelecimentos agropecuários, 11.030 (74,1%) são familiares e 3.853 (25,9%) são patronais. Essa proporção de estabelecimentos não-familiares encontra-se acima da verificada no estado (13%) e no Brasil (15,6%). Os municípios com maior incidência desse tipo de estabelecimentos são os seguintes: Lages (47,01%), Bom Jardim da Serra (40,2%), Painel (39,2%) e Capão Alto (36,8%). Dentre os dezoito municípios do Território, apenas cinco têm menos de 20% de agricultura patronal: Anita Garibaldi (15,8%), Rio Rufino (14,3%), São José do Cerrito (14,1%), Cerro Negro (13,2%) e, em especial, o município de Palmeira, com apenas 6% de estabelecimentos com agricultura patronal, sendo o único abaixo da média estadual.

Em relação à proporção de área ocupada pelos estabelecimentos rurais não-familiares, se percebe também que o Território apresenta uma concentração de terras (929.134 ha), que corresponde a 80,6%, sendo muito acima do verificado no estado (56,2%) e próximo do encontrado no Brasil (75,7%).

Dentre os dezoito municípios do Território, treze tem concentração de terra superior a 70% em estabelecimentos não familiares, e dentre esses, dez são iguais ou maiores que 80%. Lages (92,7%) e Capão Alto (90,8%) são os municípios do Território com maior nível de concentração de terras em propriedades não familiares.

Ressalte-se que Lages é o maior município do estado em área (2.644 km²), tem a maior população do Território e uma elevada densidade demográfica, demonstrando concentração da população na sua área urbana.

Trata-se, também, do município com

maior concentração fundiária: apenas 419 estabelecimentos concentram 163.613 ha, o que representa uma média de 390,5 ha por estabelecimento. Isso indica um reduto de grandes explorações no Território Serra Catarinense que, em se tratando da presença da agricultura patronal e da concentração de terras, apresenta características bem distintas das existentes no restante do estado.

O município com maior presença de estabelecimentos familiares é São José do Cerrito com 1.850 estabelecimentos, seguido por São Joaquim com 1.664, Anita Garibaldi com 1.176, Campo Belo do Sul com 721, Urubici com 657 e Cerro Negro com 624 estabelecimentos familiares. Quando se analisa a estrutura fundiária por estrato de área, a Tabela 4², a seguir, indica a existência de 4.362 (29,3%) estabelecimentos com áreas inferiores a 10 ha no Território.

Embora seja uma incidência inferior à verificada no estado (35,8%) é preciso levar em consideração que na Serra Catarinense as condições climáticas e de qualidade dos solos exigem módulos maiores para a sobrevivência de uma família que sobrevive da atividade agropecuária.

Assim, esses estabelecimentos somados a outros 379 classificados como “sem área” pelo Censo Agropecuário do IBGE representam um total de 4.741 estabelecimentos do Território (31,9%), que possivelmente vivem em condições de pobreza ou de difícil subsistência. Esse contingente de famílias de agricultores vive em unidades de produção agropecuárias com áreas insuficientes para garantir a subsistência do grupo familiar. Cabe investigar se a maioria não complementa sua renda através de relações de parceria ou trabalhos sazonais, como colheitas diversas em outros estabelecimentos da região.

Se essa peculiaridade for comprovada a

2 - As informações das Tabelas 10 e 11 não permitem a separação dos estabelecimentos entre familiares e não-familiares.

campo tem-se aqui uma área de intervenção que requer a elaboração de projetos inovadores relacionados ao tema da pluriatividade agrícola. As características dos solos ocupados pelos minifúndios, pouco profundos e de baixa fertilidade natural, tornam ainda mais difícil a obtenção de rendimentos que assegurem a

sobrevivência da família exclusivamente das atividades exercidas no estabelecimento. Vale lembrar que muitas dessas áreas são cultivadas há mais de 100 anos sem descanso e, muitas vezes, com manejo inadequado, apresentando completo esgotamento e degradação dos solos.

Tabela Nº 9 - Território Serra Catarinense - Total de Estabelecimentos, Área e Percentuais de Agricultura Familiar e Patronal

Município	Estabelecimentos				Área				Total	
	Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar		Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar			
	Qtd	%	Qtd	%	Área	%	Área	%	Qtd	Área
Anita Garibal.	1.176	84,2%	221	15,8%	23.745	55,8%	18.823	44,2%	1.397	42.568
Boc. do Sul	385	75,5%	125	24,5%	7.348	21,4%	26.946	78,6%	510	34.294
Bom J. da Serra	489	59,8%	329	40,2%	11.288	13,0%	75.669	87,0%	818	86.957
Bom Retiro	412	65,9%	213	34,1%	9.726	12,8%	66.018	87,2%	625	75.744
Campo B. do Sul	721	77,9%	204	22,1%	16.901	19,2%	71.346	80,8%	925	88.247
Capão Alto	319	63,2%	186	36,8%	8.771	9,2%	86.342	90,8%	505	95.113
C. Negro	624	86,8%	95	13,2%	11.152	40,8%	16.176	59,2%	719	27.327
C. Pinto	477	77,4%	139	22,6%	9.430	29,5%	22.544	70,5%	616	31.975
Lages	470	52,9%	419	47,1%	12.874	7,3%	163.613	92,7%	889	176.487
Ot. Costa	221	64,8%	120	35,2%	4.453	13,7%	28.033	86,3%	341	32.486
Painel	305	60,8%	197	39,2%	8.892	13,7%	56.178	86,3%	502	65.071
Palmeira	299	94,0%	19	6,0%	4.823	70,7%	1.996	29,3%	318	6.820
Ponte Alta	392	78,2%	109	21,8%	8.296	20,3%	32.614	79,7%	501	40.910
Rio Rufino	305	85,7%	51	14,3%	5.264	36,9%	9.019	63,1%	356	14.283
São Joaquim	1.664	68,3%	774	31,7%	28.105	17,8%	130.202	82,2%	2.438	158.307
São José Cerrito	1.850	85,9%	304	14,1%	33.903	40,7%	49.493	59,3%	2.154	83.396
Urubici	657	74,3%	227	25,7%	12.258	20,0%	49.005	80,0%	884	61.263
Urupe-ma	264	68,6%	121	31,4%	6.165	19,7%	25.117	80,3%	385	31.282
Território	11.030	74,1%	3.853	25,9%	223.394	19,4%	929.134	80,6%	14.883	1.152.530
S. C.	168.544	87,0%	25.119	13,0%	2.645.088	43,8%	3.395.047	56,2%	193.663	6.040.134
Sul	849.997	84,5%	156.184	15,5%	13.066.591	31,5%	28.459.566	68,5%	1.006.181	41.526.157
Brasil	4.367.902	84,4%	807.587	15,6%	80.250.453	24,3%	249.690.940	75,7%	5.175.489	329.941.393

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Tabela Nº 10 - Território Serra Catarinense - Estabelecimentos Agropecuários e Grupos de Área Total							
Município	Total	Produtor sem área		Até 10ha		De 10 a 50ha	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Anita Garibaldi	1.397	32	2,3%	415	29,7%	744	53,3%
Bocaina do Sul	510	15	2,9%	149	29,2%	213	41,8%
Bom Jardim da Serra	818	39	4,8%	158	19,3%	257	31,4%
Bom Retiro	625	6	1,0%	143	22,9%	239	38,2%
Campo Belo do Sul	925	6	0,6%	269	29,1%	422	45,6%
Capão Alto	505	-	0,0%	61	12,1%	221	43,8%
Cerro Negro	719	13	1,8%	264	36,7%	336	46,7%
Correia Pinto	616	16	2,6%	210	34,1%	242	39,3%
Lages	889	8	0,9%	124	13,9%	304	34,2%
Otacílio Costa	341	3	0,9%	109	32,0%	116	34,0%
Painel	502	1	0,2%	81	16,1%	180	35,9%
Palmeira	318	4	1,3%	138	43,4%	155	48,7%
Ponte Alta	501	8	1,6%	157	31,3%	197	39,3%
Rio Rufino	356	29	8,1%	117	32,9%	145	40,7%
São Joaquim	2.438	96	3,9%	804	33,0%	836	34,3%
São José do Cerrito	2.154	49	2,3%	807	37,5%	971	45,1%
Urubici	884	52	5,9%	270	30,5%	292	33,0%
Urupema	385	2	0,5%	86	22,3%	156	40,5%
Total Território	14.883	379	2,5%	4.362	29,3%	6.026	40,5%
Santa Catarina	193.663	4.122	2,1%	69.390	35,8%	101.721	52,5%
Sul	1.006.181	19.811	2,0%	406.481	40,4%	457.050	45,4%
Brasil	5.175.489	255.024	4,9%	2.477.071	47,9%	1.580.703	30,5%

Tabela Nº 11

Município	De 50 a 100ha		De 100 a 500ha		Mais de 500ha	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Anita Garibaldi	132	9,4%	70	5,0%	4	0,3%
Bocaina do Sul	60	11,8%	67	13,1%	6	1,2%
Bom Jardim da Serra	129	15,8%	197	24,1%	38	4,6%
Bom Retiro	98	15,7%	110	17,6%	29	4,6%
Campo Belo do Sul	109	11,8%	98	10,6%	21	2,3%
Capão Alto	73	14,5%	102	20,2%	48	9,5%
Cerro Negro	61	8,5%	37	5,1%	8	1,1%
Correia Pinto	81	13,1%	57	9,3%	10	1,6%
Lages	142	16,0%	217	24,4%	94	10,6%
Otacílio Costa	36	10,6%	63	18,5%	14	4,1%
Painel	87	17,3%	119	23,7%	34	6,8%
Palmeira	12	3,8%	9	2,8%	-	0,0%
Ponte Alta	63	12,6%	66	13,2%	10	2,0%
Rio Rufino	38	10,7%	24	6,7%	3	0,8%
São Joaquim	259	10,6%	387	15,9%	56	2,3%
São José do Cerrito	192	8,9%	123	5,7%	12	0,6%
Urubici	103	11,7%	150	17,0%	17	1,9%
Urupema	55	14,3%	75	19,5%	11	2,9%
Total Território	1.730	11,6%	1.971	13,2%	415	2,8%
Santa Catarina	10.723	5,5%	6.513	3,4%	1.194	0,6%
Sul	58.406	5,8%	52.316	5,2%	12.117	1,2%
Brasil	390.874	7,6%	371.114	7,2%	100.703	1,9%

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Tabela Nº 12 - Território Serra Catarinense - Estabelecimentos Agropecuários por Condição do Produtor

Município	Proprietário	Não Proprietário				
	Total	Total	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Anita Garibaldi	1.288	77	4	42	3	28
Bocaina do Sul	471	24	-	13	5	6
Bom Jardim da Serra	734	45	1	23	17	4
Bom Retiro	583	36	1	23	9	3
Campo Belo do Sul	855	64	1	13	5	45
Capão Alto	488	17	1	13	-	3
Cerro Negro	626	80	-	19	14	47
Correia Pinto	589	11	-	1	1	9
Lages	817	64	3	32	3	26
Otacílio Costa	327	11	-	5	-	6
Painel	481	20	-	14	3	3
Palmeira	310	4	-	3	-	1
Ponte Alta	419	74	44	8	-	22
Rio Rufino	294	33	2	21	7	3
São Joaquim	2.056	286	2	122	58	104
São José do Cerrito	1.710	395	1	136	66	192
Urubici	711	121	5	86	15	15
Urupema	328	55	-	26	1	28
Total Território	13.087	1.417	65	600	207	545
Santa Catarina	170.908	18.633	2.651	7.085	2.151	6.746
Sul	839.670	146.700	22.279	59.476	19.546	45.399
Brasil	3.946.276	974.189	189.191	230.110	142.531	412.357

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

A pluriatividade agrícola, entendida como a estratégia de reprodução social de famílias de agricultores por meio da obtenção de renda com trabalhos fora do seu estabelecimento, é característica da região. De longa data, uma parcela mais pobre do meio rural do Território sobrevive vendendo sua força de trabalho, em certos períodos do ano, em atividades ligadas às colheitas de maçã, feijão e alho, além de trabalhos diversos em reflorestamentos.

Assim, nas áreas rurais de praticamente todos os municípios existem famílias que sobrevivem do trabalho para terceiros, muitas vezes, em estabelecimentos de agricultores familiares melhores inseridos nos mercados.

Além desse contingente de quase cinco mil estabelecimentos, outros 6.026 (40,5%) possuem áreas no estrato de 10 a 50 ha e, também, configuram, parcela prioritária da política de desenvolvimento territorial. Nesses casos, o recurso à pluriatividade agrícola, possivelmen-

te, também se faz presente.

Nas duas situações de estrato de área, o acesso às linhas de crédito do Pronaf merece ser acompanhado no sentido de verificar se a maior parte dos agricultores familiares está tendo acesso a esse Programa, ressaltando-se que ao somar os agricultores sem área e aqueles com área menor ou igual a 50 hectares, temos um total de 10.767 dos estabelecimentos nessa condição, o que corresponde a 72,3% do total do Território.

A Tabela Nº 12, revela a existência de 1.417 estabelecimentos agropecuários no Território (10,8%) geridos por agricultores não-proprietários (arrendatários, parceiros, ocupantes, assentados sem titulação definitiva e sem área).

Em valores relativos, o Território encontra-se pouco abaixo do verificado no estado

(10,9%). Embora não se possa afirmar que todos sejam familiares, muito possivelmente a maioria faz parte dessa categoria social.

As famílias de agricultores não-proprietários de terras representam o público prioritário do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e das ações de regularização fundiária.

Nesse sentido, os municípios do Território com maior incidência desses tipos de estabelecimentos e que deveriam ser priorizados por essas políticas são São José do Cerrito (395), São Joaquim (286), Urubici (121), Cerro Negro (80) e Anita Garibaldi (77).

Uma ação de regularização fundiária voltada aos 545 agricultores ocupantes de terras representaria um projeto inovador a ser implementado no Território.

6. Principais atividades agropecuárias

O Território Serra Catarinense se destaca nas culturas de milho, feijão, soja, cebola, tomate, batata, fumo e trigo. Essas culturas juntas somam 97,4% do valor da produção e 99,4% da área de lavouras temporárias existentes no Território. O destaque entre os municípios em relação ao valor total produzido é Campo Belo do Sul, com R\$ 20,5 milhões (13,6%). As Tabelas 13 e 14 apresentam os valores da produção da lavoura temporária por municípios do Território.

Em relação às lavouras de milho e feijão, cultivos típicos da agricultura familiar, percebe-se que a primeira ocupa uma área de 45.170 ha, com valor da produção em R\$ 56,15 milhões, e a segunda ocupa uma área de 19.460 ha, com valor da produção em R\$ 19,9 milhões,

estando ambas presentes em todos os municípios, com destaque para São José do Cerrito com plantios de 8.000 ha de milho, e 6.000 ha de feijão. Os municípios com áreas maiores plantadas são São José do Cerrito (15.751 ha) e Campo Belo do Sul (14.315 ha).

Cabe especial referência ao cultivo de batata no Território, que ocupa áreas menores, mas apresenta maior rentabilidade, quando comparado às culturas tradicionais. No caso, 18,4% do total de batata inglesa produzido em Santa Catarina são procedentes do Território Serra Catarinense.

Dos dezoito municípios, dezesseis cultivam batata, sendo São Joaquim o que detém a maior área plantada (350 ha) seguido por Uru-pema (230 ha).

Tabela Nº 13 - Território Serra Catarinense - Valor da Produção da Lavoura Temporária (Mil Reais)									
Município	Total	Milho (em grão)	Feijão (em grão)	Soja (em grão)	Cebola	Tomate	Batata	Fumo (em folha)	Trigo (em grão)
Anita Garibaldi	10.423	6.552	2.100	225	294	-	126	940	65
Bocaina do Sul	3.633	1.498	404	134	30	108	864	595	-
Bom Jardim da Serra	1.540	592	288	-	-	-	660	-	-
Bom Retiro	17.907	4.608	360	1.260	7.600	2.880	180	908	-
Campo Belo do Sul	20.511	5.076	3.366	9.918	90	-	70	85	1.722
Capão Alto	5.223	2.268	270	941	20	-	1.206	-	518
Cerro Negro	7.534	3.110	2.700	855	90	-	65	417	259
Correia Pinto	5.577	3.089	1.161	525	36	-	195	-	50
Lages	16.036	6.864	2.340	3.220	55	-	810	-	1.181
Otacílio Costa	5.171	3.742	248	675	110	-	210	56	130
Painel	1.623	630	363	-	-	-	630	-	-
Palmeira	2.018	1.872	146	-	-	-	-	-	-
Ponte Alta	4.975	1.728	900	384	54	150	150	166	-
Rio Rufino	6.202	792	195	-	-	780	96	4.338	-
São Joaquim	4.529	1.822	432	-	-	-	2.275	-	-
São José do Cerrito	18.254	9.672	4.320	1.260	1.800	-	-	422	780
Urubici	15.985	1.755	162	-	2.450	8.250	900	2.466	-
Urupema	3.427	484	150	-	30	2	2.761	-	-
Total Território	150.568	56.154	19.905	19.397	12.659	12.170	11.198	10.393	4.705
Santa Catarina	5.056.595	1.114.245	217.196	725.681	237.056	160.377	107.185	1.499.628	109.325
Sul	37.535.770	5.655.901	1.328.165	13.440.391	411.251	529.350	781.183	4.285.866	1.820.422
Brasil	114.071.658	15.039.823	4.436.446	37.988.045	1.065.810	2.759.002	2.673.617	4.343.982	2.026.868

Fonte: Produção Agrícola Municipal 2009.

Tabela Nº 14 - Território Serra Catarinense - Área Plantada com Lavoura Temporária

Município	Total	Milho (grão)	Feijão (grão)	Soja (grão)	Trigo (grão)	Batata-inglesa	Cebola	Fumo (folha)	Arroz (casca)
A.Garibaldi	9.553	6.000	3.000	200	50	30	35	101	120
Boc. do Sul	1.881	1.300	340	100	-	80	5	53	-
B. J. Serra	700	350	200	-	-	150	-	-	-
B. Retiro	5.235	3.200	200	700	-	30	950	78	-
Campo B. do Sul	14.315	4.700	2.200	5.800	1.400	10	15	10	80
Capão Alto	3.555	2.100	300	550	500	100	5	-	-
C. Negro	6.518	2.700	3.000	500	200	10	10	48	50
C. Pinto	3.826	2.400	970	300	50	60	6	-	30
Lages	10.436	5.500	1.500	2.300	900	150	7	-	40
Ot. Costa	3.605	2.700	150	600	100	30	20	5	-
Painel	840	500	250	-	-	90	-	-	-
Palmeira	1.350	1.300	50	-	-	-	-	-	-
Ponte Alta	2.149	1.200	600	200	-	25	5	19	15
Rio Rufino	972	500	100	-	-	20	-	335	2
S. Joaquim	1.750	1.100	300	-	-	350	-	-	-
S. J. Cerrito	15.751	8.000	6.000	1.000	500	-	200	51	-
Urubici	2.114	1.300	150	-	-	180	140	191	3
Urupema	707	320	150	-	-	230	5	-	-
Total	85.257	45.170	19.460	12.250	3.700	1.545	1.403	891	340
S.C.	1.652.656	648.509	129.113	385.418	117.176	8.391	21.271	125.557	148.900
Sul	19.439.877	4.840.289	889.592	8.285.716	2.285.758	58.028	39.357	423.520	1.303.230
Brasil	59.368.855	14.144.321	4.277.674	21.761.782	2.438.778	138.881	66.216	443.239	2.905.202

Fonte: Produção Agrícola Municipal 2009.

Com relação às lavouras permanentes, o Território Serra Catarinense se destaca especialmente na cultura da maçã, estando presente em quinze dos dezoito municípios do Território, com uma área plantada de 12.401 ha e valor da produção de R\$ 212,46 milhões, que corresponde a 99,3% do valor total do Território (R\$ 213,98 milhões) e 97,4% da área total do Território com lavouras permanentes (12.732 ha), sendo inclusive muito expressiva em nível estadual, uma vez que o Território concentra 60% da área agrícola destinada a essa cultura no estado (20.693 ha), e 31,7% da área nacional com a cultura da maçã, que totaliza 39.081 ha. Destacam-se no Território, especialmente no município de São Joaquim, com 7.500 ha cultivados e valor da produção em R\$ 128 milhões, seguido por Bom Jardim da Serra (1.250

ha e R\$ 19,95 milhões), e Bom Retiro (1.138 ha e R\$ 22,53 milhões).

Conforme mostram as Tabelas 15 e 16 a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE cita apenas outras duas culturas permanentes no Território Serra Catarinense: a uva, com valor de R\$ 1,4 milhões, e a erva mate (folha verde), com valor de 790 mil reais. As áreas cultivadas são de apenas 295 ha para a uva, sendo mais expressiva no município de São Joaquim com 196 ha; e apenas 36 ha para a erva mate, que ocorre principalmente em São José do Cerrito, com 15 ha. Essas duas culturas juntas representam somente 0,71% do valor total da produção da cultura permanente no Território, bem como uma área relativamente pequena para ambas, que constitui 2,6% da área total das culturas permanentes.

Tabela Nº 15 - Território Serra Catarinense - Valor da produção (Mil Reais) da lavoura permanente				
Município	Total	Maçã	Uva	Erva-mate (folha verde)
Anita Garibaldi	136		130	6
Bocaina do Sul	149	125	24	
Bom Jardim da Serra	19.950	19.950		
Bom Retiro	22.667	22.532	126	9
Campo Belo do Sul	2.807	2.794	13	
Capão Alto	184	184		
Cerro Negro	93		72	21
Correia Pinto	3.263	3.263		
Lages	6.799	6.720	54	25
Otacílio Costa				
Painel	4.200	4.200		
Palmeira				
Ponte Alta				
Rio Rufino	1.847	1.815	32	
São Joaquim	129.342	128.520	822	
São José do Cerrito	768	720	30	18
Urubici	12.912	12.834	78	
Urupema	8.865	8.806	59	
Total Território	213.982	212.463	1.440	79
Santa Catarina	734.930	394.692	80.485	11.888
Sul	3.373.895	938.450	672.963	155.973
Brasil	26.769.110	943.761	1.612.043	156.385

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 2009.

Tabela Nº 16 - Território Serra Catarinense - Área plantada da lavoura permanente (ha)				
Município	Total	Maçã	Uva	Erva-mate (folha verde)
Anita Garibaldi	17		15	2
Bocaina do Sul	12	10	2	
Bom Jardim da Serra	1.250	1.250		
Bom Retiro	1.169	1.138	28	3
Campo Belo do Sul	129	127	2	
Capão Alto	17	17		
Cerro Negro	20		12	8
Correia Pinto	251	251		
Lages	433	420	5	8
Otacílio Costa				
Painel	285	285		
Palmeira				
Ponte Alta				
Rio Rufino	115	110	5	
São Joaquim	7.696	7.500	196	
São José do Cerrito	80	60	5	15
Urubici	723	713	10	
Urupema	535	520	15	
Total Território	12.732	12.401	295	36
Santa Catarina	78.764	20.693	5.168	10.847
Sul	436.047	38.771	59.227	83.271
Brasil	6.355.741	39.081	81.677	83.628

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal 2009.

A tabela Nº 17 mostra o efetivo dos principais rebanhos no Território Serra Catarinen- se, onde figuram a criação de cinco grupos principais: galos, frangas, frangos e pintos com maior rebanho (803.500 animais); galinhas (652.828 animais); bovinos (539.558 animais); suínos (55.664 animais); e ovinos (50.127 ani- mais). Nos dezoito municípios houve presença desses cinco rebanhos.

Cabe um especial destaque para a pro- dução de bovinos, que representa 14% do to- tal do estado (3,86 milhões de animais), e tam- bém para a produção de ovinos, que apesar de em números absolutos não ser tão expressiva, representa 20% do efetivo total de animais em Santa Catarina.

Dentre os municípios com maior repre-

sentatividade na criação de bovinos destacam- se Lages (85.032 animais e 15,8% do total do Território), seguido por São Joaquim (67.254 animais), São José do Cerrito (37.000 animais) e Capão Alto (36.522 animais). Rio Rufino e Palmeira são os municípios que apresentaram menor criação de bovinos, com 8.217 e 9.655 animais respectivamente, ambos inferiores a 2% do efetivo do Território.

O rebanho ovino destaca-se principal- mente em Lages (11.200 animais e 20,1% do total do Território), ocorrendo de forma menos expressiva em todos os demais dezoito muni- cípios. Os menores efetivos encontram-se em Otacílio Costa, com 650 animais, e Rio Rufino, com 950 animais, ambos inferiores a 2% do efetivo do Território.

Tabela Nº 17 - Território Serra Catarinense - Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho

Município	Galos, frangas, frangos e pintos	Galinhas	Bovino	Suíno	Ovino
Anita Garibaldi	28.000	14.600	28.074	3.915	1.700
Bocaina do Sul	9.000	4.500	14.389	1.400	1.700
Bom J. da Serra	5.200	2.000	31.996	2.000	2.300
Bom Retiro	139.600	263.728	28.270	3.150	3.700
Campo B. do Sul	12.800	10.500	28.318	1.990	3.560
Capão Alto	7.800	3.100	36.522	2.130	3.300
Cerro Negro	16.000	12.000	15.874	3.040	1.400
Correia Pinto	14.500	37.500	25.333	3.050	2.000
Lages	163.100	7.200	85.032	9.064	11.200
Otacílio Costa	5.000	2.000	18.682	1.200	650
Painel	6.000	1.900	33.452	2.160	3.500
Palmeira	6.000	2.500	9.655	1.730	1.300
Ponte Alta	300.000	235.000	18.300	1.045	1.350
Rio Rufino	6.500	2.300	8.217	3.560	950
São Joaquim	33.900	20.200	67.254	4.590	4.867
São J. do Cerrito	30.200	25.300	37.000	7.230	3.900
Urubici	17.800	7.500	35.357	3.620	1.650
Urupema	2.100	1.000	17.833	790	1.100
Total Território	803.500	652.828	539.558	55.664	50.127
Santa Catarina	159.813.180	17.707.255	3.864.724	7.846.398	256.965
Sul	493.672.801	61.844.988	27.565.967	17.798.250	4.846.667
Brasil	994.305.374	207.711.504	202.287.191	36.819.017	16.628.571

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal 2008.

A produção de madeira em tora para as indústrias de papel e celulose está presente em todos os municípios. Com um total de 2,25 milhões de m³ e um valor de produção de R\$ 121,3 milhões, os cultivos de pinus representam, conforme visto no tópico sobre o setor industrial, um elo importante do suposto Arranjo Produtivo Local (APL) de madeira e papel-celulose existente na região.

Em valores de produção, os destaques fi-

cam para os municípios de Otacílio Costa (1,21 milhões de m³ e R\$ 73,7 milhões), Bocaina do Sul (383 mil m³ e R\$ 17,8 milhões), e Ponte Alta (200 mil m³ e R\$ 10 milhões), conforme demonstra a Tabela 18.

A produção de madeira e o valor gerado no Território são, no entanto, superiores aos apresentados nesta tabela, já que uma parcela é destinada para serrarias e não somente para as indústrias de papel e celulose.

Tabela Nº 18 - Território Serra Catarinense - Madeira em Tora para Papel e Celulose: Quantidade Produzida e Valor da Produção		
Município	Qtd (m³)	Valor (R\$)
Anita Garibaldi	16.500	693.000
Bocaina do Sul	383.226	17.820.000
Bom J. da Serra	700	21.000
Bom Retiro	26.200	1.153.000
Campo B. do Sul	35.650	1.996.000
Capão Alto	29.500	1.652.000
Cerro Negro	6.900	276.000
Correia Pinto	76.300	2.289.000
Lages	58.900	2.704.000
Otacílio Costa	1.208.513	73.719.000
Painel	29.300	1.699.000
Palmeira	110.300	4.191.000
Ponte Alta	200.000	10.000.000
Rio Rufino	5.100	301.000
São Joaquim	2.100	109.000
São J. do Cerrito	40.200	1.688.000
Urubici	6.200	310.000
Urupema	11.300	667.000
Total Território	2.246.889	121.288.000
Santa Catarina	6.525.163	304797
Sul	17.942.367	900001
Brasil	58.181.842	2760266

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2008.

7. Principais situações de ameaças no território

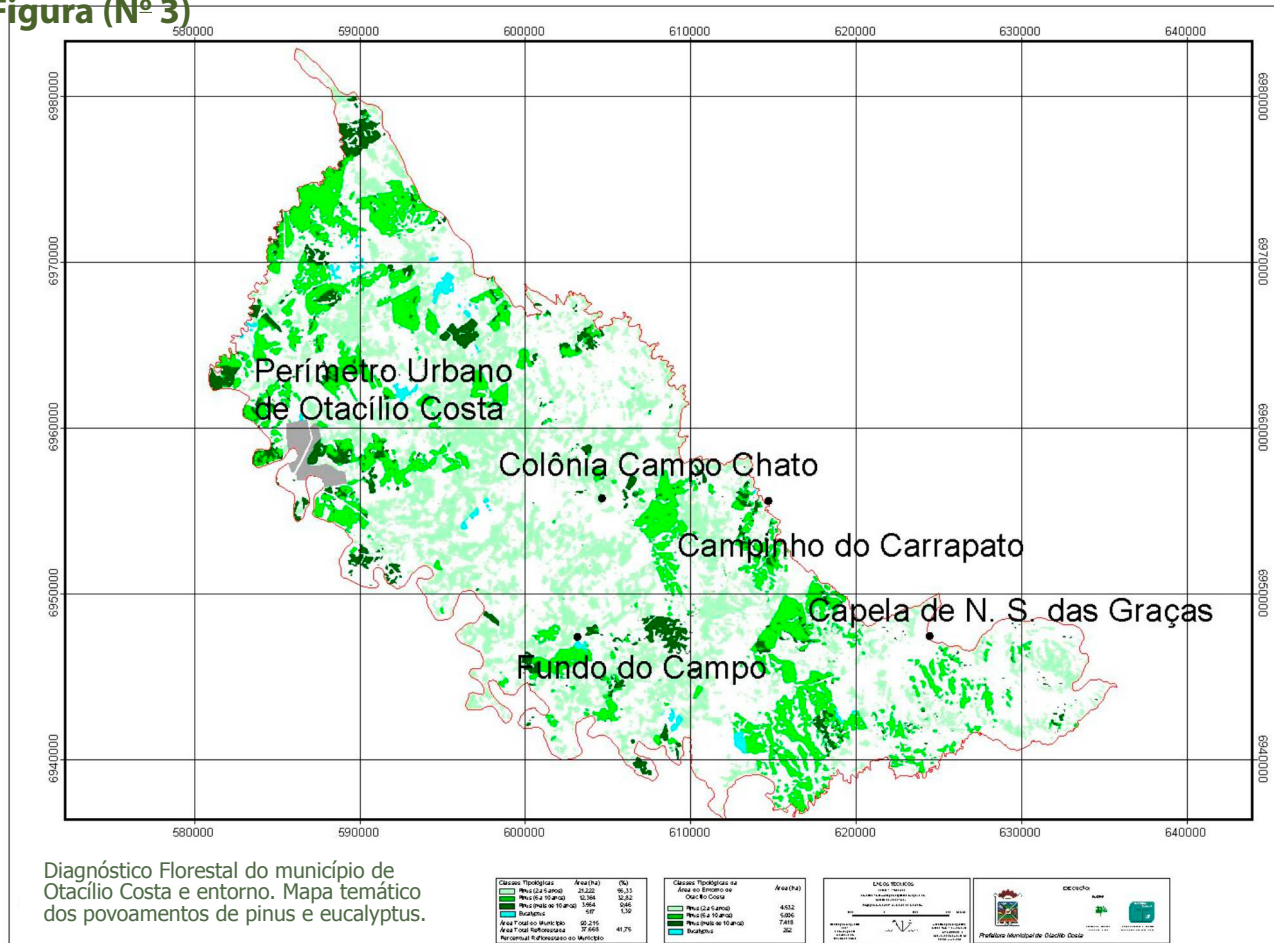
A construção de grandes hidrelétricas (UHE) e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no território é uma realidade que vem alterando o mapa da ocupação territorial. Essa atividade econômica vem afetando diretamente as comunidades rurais e alterando o ciclo econômico, social e ambiental no território. A primeira grande usina hidrelétrica construída foi a UHE Barra Grande, que está sediada entre os municípios de Anita Garibaldi em Santa Catarina e Pinhal da Serra no Rio Grande do Sul.

Em setembro de 2002, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) assinou com a BAESA e com o Ministério Público de Santa Catarina um Termo de Acordo para remanejamento da população atingida pela barragem. Neste documento foram definidas as condições para que um total de 1.520 famílias atingidas fossem beneficiadas pelo empreendimento. O lago da UHE inundou 2.077,46 ha de floresta primária, ocasionando um dano ambiental no território.

Para compensar a inundação dessas áreas, a Baesa assinou um Termo de Ajuste de Conduta com várias instituições e está adquirindo 4.235 ha de florestas com araucária em áreas indicadas pelo IBAMA.

Os acionistas da Baesa são a Alcoa Alumínio S/A, CPFL Geração de Energia, CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, Camargo Correa S/A e a DME Energética Ltda. Outra UHE foi construída pela empresa Enercam também no leito do Rio Pelotas. Essa UHE inundou 40 km² de área e teve que indenizar 362 proprietários de terra e 759 famílias foram atingidas pelo empreendimento. Além destas duas UHE que já foram instaladas há um planejamento de construção de mais três unidades de grande porte ao longo do rio Pelotas (Paiquerê, Garibaldi e São Roque). Além das UHE há projetos de instalação de 14 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) no território. Algumas delas já estão sendo implantadas e outras estão em fase de projeto.

Figura (Nº 3)



As UHE e PCH são uma realidade no território e são consideradas uma ameaça importante no processo de ocupação da terra na região serrana, bem como tem contribuído na desagregação de dezenas de comunidades rurais.

A monocultura do pinus é outra importante ameaça no processo de desagregação das comunidades rurais, bem como na ocupação do território. A área plantada com pinus no Território é de 285 mil ha, sendo que 54% está localizada no município de Otacílio Costa.

Na figura 3 acima apresenta o mapa do município de Otacílio Costa localizando as comunidades rurais onde estão os maiores maciços de reflorestamento.

Essa situação de ocupação de áreas outrora que abrigavam comunidade rurais e que atualmente estão tomadas por maciços de reflorestamento de pinus que pertencem na sua grande maioria a empresa Klabin é uma realidade que coloca em risco a manutenção e desenvolvimento de atividades de produção de alimentos, bem como a sobrevivência des-

tas comunidades de agricultores familiares. O caso mais agudo é do município de Otacílio Costa, porém a situação se repete nos demais municípios do território em menor grau de intensidade. Segundo dados da Sindimadeira de 2006, 60% da economia da Serra Catarinense esta baseado no setor madeireiro. São 700 empresas nesse setor que empregam 6.000 empregos diretos e cerca de 27.000 empregos indiretos.

Os principais produtos do setor madeireiro do território são: compensados, móveis, briquetes, cercas, papel e celulose sendo que 50% destes produtos são destinados para o mercado externo, conforme tabela 19.

O setor madeireiro é a base de sustentação econômica do território e esta altamente concentrado no setor de papel e celulose, como esta demonstrado na tabela abaixo. O setor de papel e celulose em especial é formado por um grande conglomerado que está localizado nos municípios de Correia Pinto e Otacílio Costa.

Tabela Nº 19. Produção de produtos madeireiros na Serra Catarinense

Produto	Quantidade
Carvão vegetal extrativo	126 t
Carvão vegetal silvícola	119 t
Lenha extrativa	197.318 m ³
Lenha silvícola	193.810 m ³
Madeira tora extrativa	12.675 m ³
Madeira tora extrativa pinheiro bras.	160 m ³
Madeira tora silvícola outra finalidade	1.484.140 m ³
Madeira tora silvícola papel/celulose	1.925.850 m ³

Fonte: Epagri/Cepa 2006.

7.1 - Organização Social no Território

No território Serra Catarinense existe uma estrutura organizativa de movimentos sociais organizados tais como: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Movimento da Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Sindical através de coletivos da Fetraf-

Sul e da Fetaesc.

Ao longo dos últimos 10 anos foram estabelecidos espaços de gestão social onde as organizações do meio rural são predominantes tais como: Consad, Codeter, Rede de Agroecologia do Território ligado a Rede Ecovida e o Fórum Regional de Economia Solidária. Estes espaços de gestão social são importantes ló-

cus de disputa hegemônica que são travados entre as entidades do campo popular que visualizam a agroecologia como um paradigma e as demais forças conservadoras do território. Esta disputa é mais acirrada no Codeter em função de ser um espaço de disputa anual de projetos e por conseguinte, de recursos financeiros oriundos do governo federal. O Colegiado de Desenvolvimento Territorial ao longo de sua existência financiou projetos através do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável (Pronat) nas seguintes áreas:

- » Rede de Agroecologia;
- » Cadeia produtiva do Leite;
- » Consórcio Suasa;
- » Queijo Serrano;
- » Entrepasto de Mel;
- » Centrais de Comercialização;
- » Artesanato e Escola do Vime;
- » CFR São José do Cerrito e Cerro Negro;
- » Feiras Livres;
- » Rede de Rádio Difusão Comunitária;
- » Habitação Rural (tijolos ecológicos e serrarias);
- » Agroturismo;

Outra ação importante do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense foi a elaboração do Plano Safra Territorial (PST) onde as ações prioritárias são:

- » Crédito: custeio, investimento e fundiário
- » Assistência técnica e extensão rural (ATER)
- » Comercialização: através do SECAFES
- » Agregação de valor
- » Programa de Garantia de Preços Mínimos
- » Seguro Agrícola da Agricultura Familiar

Também o Codeter tem investido esforços no sentido de construir uma estratégia de implantar o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no território, como as seguintes ações:

- » Implementação do Decreto 5741/2006
- » Acesso ao Serviço de Inspeção Municipal
- » Adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI)
- » Apoio a estrutura – SDT/MDA
- » Aprovação das leis autorizativas municipais, e constituição do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente,

Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar da Serra Catarinense - CISAMA;

» Contratação projeto de custeio – SAF/MDA;

Na Habitação Rural o território tem realizado ações conjuntas nas seguintes áreas:

- » Unidade de fabricação de tijolos e cimento;
- » Serrarias Móveis;
- » Credenciamento da AHABRES para a implementação de projetos habitacionais junto a CEF
- » Constituição de Conselhos Municipais, Planos Municipais de habitação e projetos habitacionais.

Além, das ações anteriores as entidades que compõem o Colegiado de Desenvolvimento Territorial tem trabalhado em outras ações, tais como:

- » Implantação Programa de Garantia de Preço Mínimo (PGPM/CONAB Feijão)
- » Campanha da Nota de Produtor Rural
- » 90 Bibliotecas Rurais
- » Mais 3 mil documentos em 4 campanhas
- » Programa de Feiras da Agricultura Familiar
- » Produtos de Identificação Geográfica (IG – Queijo e Pinhão)
- » Organização e participação da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS);
- » Participação II Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (CRSAN);
- » Participação no Conselho Estadual do Pronaf (CEPRONAF);
- » Base de Serviços de Comercialização de Alimentos Agroecológicos;

Desafios levantados pelo Codeter Serra Catarinense para que haja um desenvolvimento mais equitativo no território são os seguintes:

- » Integrar outros espaços de gestão social;
- » Integrar outras políticas públicas para o Desenvolvimento Territorial;
- » Ampliar a incidência política;
- » Intersetorialidade;
- » Desenvolvimento Territorial x Institucional;
- » Ampliar o alcance do PRONAT, da concepção e dos recursos para o DRS;
- » Articulação entre a democracia participati-

va e a representativa;

- » Radicalizar a democracia;
- » Gestão social sobre os recursos aplicados e captados no território
- » Reduzir a pobreza rural x geração de emprego e renda;
- » Ampliar o acesso a informação e formação no meio rural;
- » Reduzir o êxodo rural.

Os atores sociais que estão constituídos no Território são os Conselhos Municipais de

Desenvolvimento Rural (CMDR), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), Sindicatos da Agricultura Familiar (Sintraf's), Associações de Microbacias (ADM's), Cooperativas de Crédito Rural ligadas ao Sicoob e Cresol, Cooperativas e Associações de produtores, Pastorais Sociais, Rede de Agroecologia, Ong's, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Associações das Casas Familiares Rurais (CFR's), Cáritas Diocesana e Comunitárias, Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures), Universidades.

8. Rede de Agroecologia no Território Serra Catarinense

A Rede de de Agroecologia do Território Serra Catarinense esta articulada na Rede Ecovida de Agroecologia. A Ecovida é uma rede desenhada pelos núcleos regionais que se estende pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Sul de São Paulo.

A Rede Ecovida tem como missão "ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo".

As origens das discussões e práticas da agroecologia no Território Serra Catarinense estão situadas com a fundação do Centro Vianei de Educação Popular no início dos anos 80. Nesta época a discussão era em torno de tecnologias alternativas e estava em construção a Rede PTA e a Rede de Tecnologias Alternativas do Sul (T.A Sul).

Importante e decisivo estímulo para o trabalho com a agroecologia foi dado pela Diocese de Lages e pelos movimentos sociais emergentes da região como o Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento Sindical, Movimento de Mulheres Agricultoras e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Os temas emergentes para a estruturação da agroecologia no território foram: o manejo da agrobiodiversidade em especial a temática de produção de sementes, a educação popular, o estímulo à formação e capacitação de atores sociais em especial o movimento sindical combativo, os trabalhos com manejo agroecológico de solos, a criação de cooperativas de crédito rural com interação solidária e criação de Casas Familiares Rurais (CFR).

Este processo foi amadurecendo ao longo do tempo até a estruturação da Rede de Agroecologia do Território³ Serra Catarinense.

3 - Território é, segundo BECATTINI e RULLANI (1996), um dos contextos nos quais se desenvolve a divisão do trabalho cognoscitivo, isto é, a divisão do trabalho na produção e utilização dos conhecimentos, os quais podem ser classificados em "contextuais" (quando se produzem num contexto local e não específicos de tal território) e "codificados" (quando se trata de conhecimentos de caráter global, mais facilmente transferíveis).

O território é considerado um "recurso" específico e um "ator" principal do desenvolvimento econômico, e não unicamente um mero espaço ou maço das atividades econômicas ou sociais. Segundo BECATTINI e RULLANI (1996), o território produz efeitos e oferece prestações específicas à economia local, fornecendo à produção para consumo "integração flexível" ou, em outras palavras, um "entorno" com capacidade para gerar e manter vantagens competitivas e "valor diferencial". A criação desse "entorno inovador" territorial não é facilmente reproduzível, sendo precisamente a densidade e a qualidade das relações entre os diferentes atores territoriais, que dão potencialidade a tal território como circuito específico de interações orientado para o fomento empresarial, a inovação produtiva, a qualidade dos recursos humanos, as relações trabalhistas e o impulso cultural local de desenvolvimento, como elementos cruciais da competitividade.

Esta Rede está inserida na Rede⁴ Ecovida de Agroecologia constituindo o Núcleo Planalto Serrano. A Rede tem uma dinâmica de reuniões periódicas com seus membros com o objetivo central de discutir e promover o desenvolvimento sustentável e solidário⁵ do território tendo como paradigma a expansão e consolidação da agroecologia.

O Núcleo Planalto Serrano reúne-se para debater e encaminhar assuntos pertinentes à dinâmica comum entre seus membros nas temáticas da: capacitação de seus atores sociais, elaboração de projetos conjuntos ou individuais, incidência política em conselhos, colegiados, consórcios e comissões, promoção da ATER na produção agroecológica, dinamização da comercialização através de canais mais solidários, agroindustrialização e beneficiamento dos produtos de forma artesanal, avaliação de conformidade dos processos de produção e agroindustrialização pela via da certificação participativa e outros temas de interesse das dezenas de entidades que fazem parte da Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense.

Participam do núcleo grupos, associações, cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais, assentados da reforma agrária, casas familiares rurais, atingidos por barragens e o Centro Vianeiro como entidade de assessoria. Todos esses atores sociais se identificam através do trabalho de construção da agroecologia. O núcleo tem seu locus principal no Território Serra Catarinense, mas também possui membros de outros municípios. Ao todo são entidades de 18 municípios que interagem nesta construção.

Este trabalho de construção de uma rede de agroecologia no território possui um histórico de 26 anos de trabalho, porém ao longo

destes últimos cinco anos o Núcleo tem desempenhado um papel aglutinador das organizações que promovem a agroecologia em um espaço de discussão e elaboração permanente de ações conjuntas.

Estas ações conjuntas precisam necessariamente de financiamento para as atividades de assessoria junto aos grupos, associações e cooperativas que dão sustentação a agroecologia no Território. Os principais projetos de custeio de atividades de formação, capacitação e ATER, já executados ou em andamento pelas entidades que pertencem a Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense são financiados pela cooperação internacional através da Misereor da Alemanha, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (Secretaria da Agricultura Familiar, Secretaria de Desenvolvimento Territorial), Ministério do Meio Ambiente (Fundo Nacional do Meio Ambiente, Subprograma Projetos Demonstrativos-PDA).

Vale lembrar que as entidades que fazem parte da Rede de Agroecologia ao longo do tempo foram se organizando para captar recursos de fontes governamentais e não governamentais com o intuito de consolidar a agroecologia no território e também de ampliar o protagonismo das organizações de base. Desta forma atualmente associações, cooperativas, sindicatos e Ong's tem capacidade e captar e gerir e prestar contas dos recursos que são captados e que servem para ampliar os trabalhos da Rede de Agroecologia do Território.

a) Avaliação de conformidade

A avaliação de conformidade através do Sistema Participativo de Garantia da Associação Ecovida de Agroecologia funciona dentro do Núcleo/Rede. O espaço para as discussões

4 - Redes de Movimentos, segundo Scherer-Warren – 1996, são interações horizontalizadas e práticas sociais e políticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre atores da sociedade civil, grupos e atores informais engajados em torno de conflitos ou de solidariedade, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos com base em identidades e/ou valores coletivos.

5 - A sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento se constitui num conjunto integrado de fatores que potencializam ao mesmo tempo a manutenção do capital natural, a sustentação dos ecossistemas, qualidade de vida, cidadania, eficiência na gestão dos recursos, equilíbrio demográfico, valorização da identidade popular, fortalecimento da organização social e equidade. Projetos alternativos de desenvolvimento têm como base uma concepção de desenvolvimento local, sustentada principalmente no capital social e nas qualidades do território". (Reginaldo S. Magalhães, 2000).

da avaliação de conformidade dá-se nas reuniões do núcleo. Normalmente as reuniões são realizadas em Lages-SC na sede do Centro Vianei de Educação Popular por ser um local central para o deslocamento e porque neste local funciona a secretaria e a coordenação do núcleo.

É nesse espaço que as entidades que fazem parte da Rede e que queiram participar têm que se reportar, bem como solicitar os encaminhamentos que são necessários para as visitas da comissão de ética nos municípios. Todo o município possui uma comissão de ética que sozinha ou em conjunto com dirigentes ou técnicos das entidades que fazem parte da rede realizam as visitas nas propriedades e na sequência emitem o parecer de conformidade ou não das propriedades.

Após, realizada a visita e emitido o parecer os requerentes podem solicitar o uso do selo da Rede Ecovida. Para realizar este trabalho estão envolvidos diretamente no processo de certificação cerca de 60 pessoas do núcleo que compõe as comissões de ética nos municípios, além de técnicos, a secretaria e a coordenação.

b) Agroindustrialização artesanal

A agroindustrialização também é uma realidade para os membros da rede visto que nos últimos cinco anos foi realizado um investimento público e também por parte das organizações dos agricultores na estruturação de agroindústrias.

Estão em processo de implantação ou já implantadas dez agroindústrias nas áreas de: beneficiamento de cebola em Bom Retiro; beneficiamento de grãos em São José do Cerreto e Anita Garibaldi; processamento de óleo vegetal, pinhão, hortaliças, sucos e geléias em Otacílio Costa; processamento de frutas, sucos, hortaliças e pinhão em Urubici; panificação e massas, doces, geléias, sucos e pinhão em São Joaquim; panificação Sabor da Roça em Urubici; artesanato em São Joaquim e Cerro Negro; agroindústria de minimamente processados, conservas e sucos de Alfredo Wagner

As agroindústrias implantadas ou em

fase de implantação são fundamentais para processar os produtos agroecológicos que não tem aparência para a comercialização in natura. Fundamental para que esse processo fosse levado adiante foi a aprovação dos projetos do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável (Pronat) através do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter).

Essa política pública aliada ao Programa da Aquisição de Alimentos tem proporcionado às condições estruturais de viabilização da expansão da agroecologia no Território. Estas duas políticas públicas somadas a capacidade organizativa e de elaboração de projetos tem proporcionado as condições essenciais para a evolução da produção, agroindustrialização, certificação e comercialização dos alimentos agroecológicos no Território.

Ao longo dos últimos sete anos às organizações que compõem a Rede de Agroecologia vem se articulando para disputar os recursos que são destinados para o território Serra Catarinense junto ao Codeter.

Estes recursos somados aos recursos próprios dos agricultores(as) familiares(as) e das contrapartidas das prefeituras municipais são um importante alicerce para o emergente processo de agroindustrialização da produção agroecológica do Território. Neste período foram mobilizados cerca de R\$ 1.044.444,00 em projetos de infraestrutura para agroindustrialização e comercialização em 10 municípios do Território e com a Associação de Municípios da Região Serrana (Amures).

Desta forma o Pronat tem sido um importante programa de estímulo e estruturação do processo organizativo da Rede de Agroecologia. É fundamental explicitar que essa condição de captação de recursos só foi possível através da elaboração de projetos conjuntos entre as entidades da Rede e também da visão estratégica de participação das entidades no Codeter.

As reuniões e oficinas organizadas pela Rede sempre estimularam a discussão e elaboração conjunta de propostas entre os membros e a construção de consensos na hora de agregar as propostas individuais em propostas coletivas que fossem viáveis de serem hege-

mônica no espaço de discussão e disputa do Colegiado. Para tanto a formação e capacitação dos atores sociais da Rede tem sido decisiva na hora da construção dos projetos, bem como no processo de embate de propostas de desenvolvimento que ocorrem nos espaços de gestão social de políticas públicas como o Codeter. Outra importante questão que deve ser destacada é o exercício de “paciência histórica” que as entidades da sociedade civil têm que exercitar, tendo em vista que o tempo da burocracia estatal não corresponde às necessidades das organizações da agricultura familiar.

c) Comercialização solidária

A comercialização é uma preocupação constante da Rede tendo em vista que os grupos, associações e cooperativas já produzem em escala comercial aproximadamente 60 diferentes tipos de alimentos in natura.

A comercialização da produção agroecológica tem sido tema de constantes debates e articulações entre os membros da Rede de Agroecologia. Inicialmente as organizações dos(as) agricultores(as) agroecológicos realizavam uma feira em Lages. A partir do amadurecimento da agroecologia foram surgindo feiras municipais em outros municípios do território, bem como a comercialização em domicílio. Atualmente existem feiras nos seguintes municípios: duas feiras semanais em Lages, duas feiras quinzenais em Otacílio Costa, uma feira semanal em Campos Novos, São Joaquim, Anita Garibaldi, Bom Retiro, Curitiba, Cerro Negro, Campo Belo do Sul e Zórtea.

Além das feiras outro mercado de circuito curto são as vendas em domicílio praticadas pelos grupos e associações nos municípios de Anita Garibaldi, Bom Retiro, Otacílio Costa, Urubici, Paineira, Urupema e São Joaquim. Esta estratégia de comercialização está intimamente ligada à comercialização das feiras livres e também há grupos que recebem consumidores nas suas propriedades para a comercialização direta.

Além disso, também é praticado o escambo e a comercialização entre os membros do mesmo grupo ou associação, bem como a

comercialização para outros grupos e associações de dentro do núcleo ou de fora do núcleo.

A comercialização solidária via mercado institucional é efetivada pela Cooperativa Ecológica Ecoserra e será tratada quando for apresentada a cooperativa.

d) Trabalho com Gênero, Agroecologia e Educação Popular

O trabalho com as mulheres trabalhadoras rurais nestes últimos cinco anos também tem recebido uma dedicação especial por parte das organizações da Rede de Agroecologia do Território, em especial do Centro Vianeiro. A emergência de 14 grupos de produção/agroindustrialização agroecológica geridos por mulheres trabalhadoras rurais no território é uma realidade.

As mulheres são protagonistas em todas as feiras agroecológicas, porém 4 feiras são realizadas especificamente através dos grupos de mulheres, totalizando 9 grupos e 100 mulheres. As mulheres agricultoras também estão envolvidas com a comercialização em domicílio nos municípios de São Joaquim, Bom Retiro, Lages e Urubici. Todas as mulheres do núcleo Planalto Serrano estão envolvidas nesta estratégia local de comercialização do Programa de Aquisição de Alimentos e 101 mulheres estão em processo de certificação participativa no Núcleo Planalto Serrano.

Na agroindustrialização/beneficiamento das 10 agroindústrias que estão em fase de adequação/implementação na Rede de Agroecologia citadas anteriormente 7 são geridas pelas mulheres.

O principal objetivo do trabalho com os grupos e associações de mulheres constitui-se em fortalecê-los para promover um processo que articule gênero, agroecologia e educação popular, buscando superar a subordinação a que foram submetidas historicamente às mulheres, desencadeando novas possibilidades de renda e emancipação e, conseqüentemente, a elevação da qualidade de vida das famílias agricultoras. Ao valorizar o papel da mulher na agroecologia, pode-se correr o risco de ter

uma visão instrumental da questão, considerando apenas que o trabalho das mulheres potencializa a agroecologia, sem refletir sobre o que agroecologia pode contribuir para a luta das mulheres por sua autonomia e conquista de direitos.

Com o envolvimento cada vez maior das mulheres nos processos de produção, reprodução e organização, a questão das relações sociais entre homens e mulheres não podem mais ser tratadas de forma transversal às temáticas da agricultura familiar e sim poder enfatizar de forma direta o assunto para que com isso tenhamos uma maior equidade e os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres não sejam mais invisíveis aos olhos da sociedade.

A estratégia da Rede congregada com o avanço das políticas públicas do Programa de Promoção à Igualdade em Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) atual Assessoria Especial em Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) no Ministério do Desenvolvimento Agrário tem criado as condições para a valorização e o reconhecimento do trabalho e da atuação dos grupos de mulheres do território. Essa estratégia está alicerçada no trabalho de base realizado pelo Centro Vianei em conjunto com o Grupo de Trabalho de Gênero da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

e) Educação Formal em Agroecologia

A educação formal em agroecologia tem sido constantemente discutida na Rede tanto é que as duas Casas Familiares Rurais fazem parte do núcleo e apresentam suas demandas e contribuições nas discussões. Em 2010 foi implantada uma unidade do Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC, antigo Centro Federal de Educação Tecnológica em Santa Catarina CEFET) em Lages.

Esta unidade faz parte do programa nacional de expansão do sistema de escolas técnicas federais que o Governo Federal vem promovendo em todo o país. A escola de Lages irá oferecer cinco cursos técnicos ao longo dos próximos anos. Um dos cursos priorizados foi na área de agroecologia concomitante ao ensino médio, além deste curso também estão

previstos cursos de aperfeiçoamento de curta duração nos municípios. Essa foi uma conquista realizada pela Rede de Agroecologia, tendo em vista que foi necessária uma grande concentração de esforços para convencer inclusive na audiência pública realizada em Lages promovida pelo Instituto Federal de Santa Catarina que era necessário a criação de um curso de agroecologia no Território.

f) Desafios para a ampliação e consolidação da agroecologia no Território

O principal desafio para a ampliação e consolidação da agroecologia no Território Serra Catarinense está no fortalecimento e ampliação da ATER vinculada a agroecologia. Apesar da evolução física dos valores aplicados em ATER no Brasil ter sido expressiva saltando de R\$ 42 milhões em 2003 para R\$ 482,5 milhões em 2009 segundo as informações do MDA acreditamos que é vital uma opção mais contundente pelo paradigma agroecológico na opção dos serviços oferecidos aos agricultores(as) familiares e suas organizações. A lei 12.188 do PNATER de janeiro de 2010 em seus princípios indica claramente que se deve “adotar os princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis”, porém o conceito de sustentabilidade é um conceito em disputa e vem sendo disputado pelo capital de maneira muito contundente.

Acreditamos que a opção pela agroecologia tem que ficar clara na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Para tanto é necessário que a lei da ATER e a Política Nacional sejam implementadas de maneira a auxiliar os atores sociais que historicamente vem trabalhando na construção desse novo paradigma.

Além disso, a regulamentação da legislação é outro desafio por vários motivos, mas em especial um campo de disputa entre as organizações estatais de ATER e as organizações da sociedade civil. Neste campo é possível afirmar com segurança que as organizações estatais

especialmente as organizações de ATER nos estados não fizeram até o momento uma opção clara pela agroecologia. Porém existe uma pressão e uma endogamia histórica para que os recursos públicos sejam carreados para as organizações ditas oficiais de ATER. Aquelas mesmas que implantaram a revolução verde e que agora estão implementando a revolução biotecnológica dos transgênicos.

Outro desafio de igual magnitude é a consolidação de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar voltado para a agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos em políticas públicas permanentes.

Estes dois programas podem ao longo do tempo significar de fato por um lado um mercado institucional consolidado para a agricultura familiar agroecológica mas, também a possibilidade clara de um investimento a longo prazo em segurança alimentar e nutricional para uma camada da população que necessita ainda desta proteção governamental. Estes dois programas podem e acreditamos que estão criando uma “ponte” entre o campo e a cidade que ao longo dos últimos anos parecia intransponível.

Certamente outros mercados institucionais devem ser trabalhados como as compras públicas dos hospitais, forças armadas e outros programas públicos. Um gigantesco desafio seria articular o campo e a cidade no que tange o recurso do bolsa família. Imaginemos

a agricultura familiar agroecológica tendo a oportunidade de abastecer 50% do que é gasto pelos beneficiários do bolsa família? Fica a pergunta qual seria o impacto? Seria possível, qual a logística que seria necessária?

Um desafio permanente é o processo de adequação das agroindústrias ao sistema atual de inspeção sanitária. Historicamente o serviço de inspeção sempre foi uma barreira para a agroindústria de base familiar. Nesta área o desafio é a efetivação e a capilaridade do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA) nos territórios. O Codeter Serra Catarinense e a Rede de Agroecologia entraram nessa discussão e em 2010/11 será implantado o Suasa através de um consórcio de municípios.

As questões de gênero e geração no meio rural e em especial na agroecologia são temas que precisam ser trabalhados sob pena da desestruturação de todo o legado da agricultura familiar. Não é possível imaginar um horizonte temporal auspicioso para a agroecologia desvinculado da superação das questões de gênero e geração que estão colocadas para a agricultura familiar. As instituições que pretendem contribuir ou continuar contribuindo no processo de construção da agroecologia precisam necessariamente repensar os papéis das mulheres e dos jovens numa perspectiva de emancipação e protagonismo dos mesmos no cenário de uma nova ordem de valores no mundo rural.

9. A Cooperativa Ecológica Ecoserra

A Cooperativa Ecoserra foi fundada em 1999, conta atualmente com 433 associados distribuídos principalmente na região do Planalto Serrano de Santa Catarina. A maioria dos associados são agricultores familiares, porém a cooperativa também possui no seu quadro societário consumidores e artesãos. A missão da cooperativa é aproximar de forma solidária consumidores, artesãos e agricultores familiares vislumbrando a consolidação de um mercado mais justo e solidário. Além do abas-

tecimento das três categorias com alimentos agroecológicos uma outra preocupação da Ecoserra é o fornecimento de insumos agroecológicos (sementes, adubos orgânicos, calcário ...) para os agricultores familiares e insumos para os artesãos. Outra missão da Cooperativa é fomentar a capacitação de seus associados através de cursos, seminários, oficinas, intercâmbios entre outras formas de formação.

A cooperativa tem registro no cartório desde 2000 e registro na Junta Comercial do

Estado de Santa Catarina desde 2006. A gestão interna na cooperativa é feita pela diretoria administrativa e nos grupos e nas associações de base por uma pessoa eleita por eles para fazer a gestão do processo de articulação com os(as) associados(as).

Na sua concepção original o cooperativismo necessita de articulação interna e externa para manter seus princípios, assim o trabalho articulado em redes locais e regionais é fundamental para a manutenção e fortalecimento do tecido social da cooperativa. A entidade interage com:

- » Rede Ecovida de Agroecologia
- » Rede de Agroecologia do Território do Planalto Catarinense
- » Núcleo Planalto Serrano da Rede Ecovida de Agroecologia
- » Fórum de Economia Solidária do Território e do Estado de Santa Catarina
- » Rede Cepagro de ONG's
- » CONSEA de Santa Catarina – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
- » CONSAD – Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
- » CIAT/CODETER – Comissão de Instalação de Ações Territoriais da SDT/MDA
- » Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL
- » Unicafe – União das Cooperativas dos Agricultores Familiares e Economia Solidária
- » Slow food – Comunidade do Alimento

a) Formas de comercialização

A Ecoserra só opera com a comercialização de alimentos agroecológicos e de artesanato (ainda pouco desenvolvida) de seus(suas) associados(as). Os(as) agricultores(as) possuem os meios de produção (terra e mão de obra, com aquisição de alguns insumos de fora da propriedade) e a cooperativa faz a parte de pós-produção e, em algumas situações, do processo de beneficiamento/agroindustrialização dos produtos. É importante notar que os(as) associados(as) vendem pela Ecoserra, e não para a cooperativa.

A comercialização é realizada pela cooperativa com um compromisso anteriormente

firmado com o(a) associado(a). Esse é responsável pela venda, emitindo uma nota de venda para a cooperativa que, por sua vez, emite uma contranota.

A nota de venda para o mercado (seja institucional ou não) é de responsabilidade da cooperativa. A cooperativa realiza o processo de agenciamento das vendas e presta serviço de transporte dos produtos para o mercado consumidor.

Antes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a comercialização para o mercado institucional da produção agrícola familiar era entregue, em grande parte, a intermediários que estabeleciam e dominavam os fluxos de informações nessa cadeia e adquiriam os produtos de forma exploratória. Com a criação do PAA por instrumento legal, o governo passou a assegurar à agricultura familiar (AF) a aquisição de seus produtos, dando maior segurança e incentivando seus membros a produzir mais e melhor.

Tendo como base a experiência bem-sucedida do PAA, a criação da nova lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) também poderá ampliar os benefícios à AF. É importante, contudo, ressaltar que o mercado da alimentação escolar é complexo e um dos mais cobiçados por seu grande volume de recursos, sendo foco de grandes empresas e redes de atravessadores que, há anos, o dominam. Portanto, o atendimento aos 30% pela agricultura familiar previsto no Pnae certamente exige um processo de adequação, sendo preciso para isso a vontade política de gestores(as) públicos, assim como apoio aos municípios compradores e disponibilidade de produtores(as) para as mudanças necessárias a serem implementadas. Tanto o PAA como o Pnae exigem muita organização e uma ampliação dos fluxos de informações entre todos os atores envolvidos, da cadeia de produção até o consumo final.

b) Comercialização para mercados institucionais

As compras públicas permitem que os empreendimentos de agricultura familiar e

os(as) trabalhadores(as) tenham mais segurança, pois existe a garantia de compra e de preço, mesmo que este às vezes seja baixo. Outra vantagem é que normalmente neste tipo de mercado não há descarte de produtos. Esses mercados oferecem oportunidades, mas também enormes desafios. É preciso superar a burocracia, gerir bem e democraticamente a informação, além de organizar os fluxos de produtos e financeiros.

Na Cooperativa Ecoserra a maior parte de suas receitas vem de vendas para o mercado institucional. A Ecoserra é o principal braço comercial da Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense. Presente em 18 municípios que pertencem à Associação de Municípios da Região Serrana de Santa Catarina (Amures), a instituição possui também associados(as) do Alto Vale do Itajaí e no litoral Sul de Santa Catarina.

O mercado institucional criado pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/MDS/Conab) tem sido um importante indutor para a transição agroecológica de centenas de famílias de agricultores familiares. Através da Cooperativa Ecológica Ecoserra de 2004 a 2006 já foram executados três projetos com um montante de R\$ 1.500.000,00 com produtos agroecológicos e em transição.

Em 2007/08 foram aprovados e executados 11 projetos municipais totalizando R\$ 618.279,28 abrangendo 202 famílias de agricultores familiares, beneficiando 88 entidades assistenciais e atingindo 22.502 famílias. Essa é uma clara opção da Rede em atender um mercado e em especial um estrato da população que pela via da solidariedade possa ao longo do tempo superar o seu estado de insegurança alimentar e nutricional.

Desta maneira fica clara a visão de integração entre o mundo rural e urbano e a complementariedade que deve haver entre o campo e a cidade no desenvolvimento da agroecologia. O paradigma da agroecologia não deve ser para poucos agricultores(as) e nem tampouco para consumidores elitizados, na verdade a agroecologia deve ser para todos, caso contrário não se tornará um novo paradigma de desenvolvimento para a sociedade

do novo milênio.

Para os anos de 2009/10 foram elaborados e aprovados 14 projetos de compra antecipada com doação simultânea nos municípios de Lages, São Joaquim, Cerro Negro, Urubici, Bom Retiro, Correia Pinto, Curitiba, Blumenau, Anita Garibaldi, São José do Cerrito, Alfredo Wagner, Campo Belo do Sul, Celso Ramos e Otacílio Costa.

Os projetos totalizam um valor de R\$ 1.004.496,10 com 287 agricultores(as) familiares doando em média 32 diferentes alimentos para 122 entidades assistenciais. Foram beneficiadas 37.228 pessoas nos 14 municípios de abrangência dos projetos. No projeto de Blumenau está em andamento uma parceria com o Centro de Motivações e Alternativas Rurais (Cemear) e com agricultores(as) agroecológicos do Núcleo Alto Vale do Itajaí.

Além do PAA Compra Antecipada com Doação Simultânea, as entidades da Rede de Agroecologia já executaram projetos de PAA Formação de Estoque (MDA/Conab). Esta modalidade já foi alvo de um projeto da Associação da Comunidade Rural Organizada de Santo Antônio dos Pinhos de São José do Cerrito em 2005 no valor de R\$ 30.000,00. A Cooperativa Ecoserra já operou com um projeto no valor de R\$ 80.500,00 para formação de estoque de sementes de milho e um projeto de formação de estoque de feijão no valor de R\$ 109.440,00 ambos em 2008.

Em 2009 foram elaborados projetos de formação de estoque para feijão e pinhão perfazendo um valor de R\$ 253.000,00 que vão beneficiar diretamente 32 agricultores(as) familiares da Rede.

Em 2007 foi elaborado um projeto PAA para doação de sementes de milho crioulo. Foram sete variedades adquiridas de doze agricultores(as) perfazendo um total de R\$ 26.614,95 que foram doadas a 443 famílias de agricultores(as) familiares da Rede Ecovida de Agroecologia.

Também em 2009 foram elaborados dois projetos do PAA Doação em conjunto com o Núcleo Alto Vale do Itajaí e Litoral Catarinense. Estes projetos visam à integração entre os núcleos e a estruturação do circuito

de comercialização entre a Serra o Alto Vale e o Litoral de Santa Catarina. O circuito já esta em funcionamento com um projeto da Cooperativa Ecoserra de doação para as entidades assistenciais do município de Blumenau.

A Cooperativa Ecoserra aprovou em 2010 novos projetos na Conab sendo: um para a grande Florianópolis com 21 produtos e no valor de R\$ 188.000,00 e um outro para a Região do Vale do Rio Itajaí (municípios atingidos

pelas cheias) com 38 produtos e no valor de R\$ 136.000,00 para reforçar o circuito Alto Vale-Serra-Litoral. Além do circuito Alto Vale, Serra e Litoral a Cooperativa continua apostando no Circuito mais amplo da Rede Ecovida.

Para o período de 2011/12 a Ecoserra aprovou 14 projetos que somam um valor de R\$ 1.597.225,50, com 356 agricultores(as) que em média vão fornecer 29 diferentes tipos de alimentos para 41.265 pessoas.

Tabela Nº 20 -Projetos do PAA para 2011/12

Nome	Valor R\$	Nº Benef. Fornecedores	Nº Benef. Consumidores	Nº Produtos
Cerro Negro	144.000,00	32	2.337	41
São J. do Cerrito	99.000,00	22	1.814	39
Otacílio Costa	49.500,00	11	2.322	26
Celso Ramos	108.000,00	24	1.705	34
Anita Garibaldi	211.500,00	47	2.540	42
Florianópolis	175.500,00	39	2.625	34
Urubici	63.000,00	15	1.588	18
São Joaquim	130.500,00	29	1.537	21
Erva mate/Indígena	121.225,90	27	5.000	19
Correia Pinto	76.500,00	17	3.535	28
Alfredo Wagner	45.000,00	10	1.115	18
Bom Retiro	49.500,00	11	1.055	25
Lages	180.000,00	40	12.174	39
Blumenau	143.999,65	32	1.918	23
Total	1.597.225,50	356	41.265	28,6 média

O Mercado Institucional da Alimentação Escolar já tem sido discutido e praticado pelas organizações da Rede de Agroecologia do Território. Foram realizadas várias tratativas com o governo do estado de Santa Catarina para efetivar a comercialização nesse mercado, mas somente em 2008 foi possível a comercialização na regional da Gered de São Joaquim através de uma licitação.

Foram atendidos os municípios de São Joaquim, Urubici, Bom Retiro, Urupema, Rio Rufino e Bom Jardim da Serra e comercializados R\$ 68.000,00 para 10 escolas num total de 15 produtos. Atualmente as discussões e projeções de vendas estão alicerçadas na efetivação da lei 11.947 e na resolução 38 do FNDE

que garante a inclusão da agricultura familiar como fornecedora de alimentos para alimentação escolar e também dá preferência para a aquisição de alimentos agroecológicos.

Já foram realizados 13 seminários municipais sobre esse tema, bem como um seminário territorial para que possamos interagir com o poder público no tema do fornecimento de alimentos para alimentação escolar.

Este tem sido um tema emergente nas discussões do Núcleo tem em vista que a lei é muito interessante, mas colocá-la em prática vai exigir um grande esforço das organizações que compõem da Rede. A Cooperativa Ecoserra venceu uma licitação para fornecimento da alimentação escolar no município de Palhoça

via Governo do Estado de Santa Catarina. Foram 16 escolas estaduais de Palhoça que irão receber banana, beterraba, brócoli, cenoura, couve flor, laranja, pão fatiado e repolho verde, perfazendo um valor de R\$ 259.108,00. O fornecimento destes produtos foi executado com a participação do circuito de comercialização da Rede Ecológica de Agroecologia

A comercialização no Mercado Atacadista em São Paulo continua ocorrendo, atualmente em menor escala. Esse já foi o principal mercado da Cooperativa Ecoserra nos anos de 2004 até 2007. Porém, devido ao processo espoliativo gerado pelas vendas neste mercado a programação para 2010 é de comercializar algo em torno de R\$ 100.000,00 com os produtos cebola, moranga, maçã e alho.

c) Fluxo de informação: PAA e Pnae

As iniciativas no mercado institucional sempre ocorrem a partir de projetos que precisam ser elaborados de forma conjunta com os associados, normalmente em oficinas onde se discute quais são os produtos, a periodicidade, o volume, os processos de entrega, o controle interno no grupo e a formação do preço de venda. O fluxo de informações é o seguinte.

Governo informa, através de chamada pública, a demanda de produtos para abastecimento da alimentação escolar, com especificação de produtos e quantidades (este item vale apenas para o Pnae).



No caso do PNAE, é possível a negociação prévia com gerências de alimentação escolar (de prefeituras e estados), respeitando a sazonalidade, a cultura alimentar local e a diversidade da produção da agricultura familiar da região, e priorizando a agroecologia (paga-se até 30% a mais pelos produtos agroecológicos no PAA e no Pnae).



Análise das chamadas públicas – quantidade e comprovação da capacidade de abas-

tecimento e de atendimento à legislação sanitária (este item vale apenas para o Pnae).



Reuniões e oficinas de elaboração e projeto participativo de venda (produtos, periodicidade, volume, processos de entrega, controle interno do grupo, formação de preço com base na tabela do PAA). No Pnae, há possibilidade de análise de preço de mercado.



Elaboração de campo com os levantamentos de informações do grupo.



Sede da Ecoserra elabora proposta adequada a formulários do PAA/Pnae.



Projetos são submetidos à aprovação da Conab, que, normalmente, pede adequações (PAA).



Nova discussão do projeto com as solicitações de readequação do projeto.



De seis meses a um ano, do planejamento até a entrega e acerto com os produtores. No Pnae, o tempo pode ser menor em função da necessidade de se atender às chamadas públicas.



Entrega dos produtos pelo produtor (há diferentes formas de entrega e transporte, envolvendo veículos próprios de agricultores(as) ou da cooperativa ou filial).



No caso do PNAE busca-se a interação

com a escola e apoio no processo de educação alimentar e consumo responsável dos produ-

tos da agricultura familiar (por meio de ações de formação).

10. Fluxo de produtos

Transporte

O transporte é feito normalmente com um dos caminhões da própria cooperativa. No caso da filial, o transporte até a filial é executado pelos(as) próprios(as) agricultores(as) e esta organiza a entrega para o município.

Armazenamento

Na venda para o PAA, na modalidade doação simultânea, e para o Pnae praticamente não ocorre armazenamento. O produto sai da propriedade e vai diretamente para a instituição que receberá a doação ou para a escola. Os(as) agricultores(as) entregam diretamente o produto com transporte próprio ou do seu grupo/associação.

Para evitar transtornos com transporte e armazenamento no barracão, atualmente, os projetos estão descentralizados nos municípios e somente alguns(mas) agricultores(as) entregam na sede em Lages, onde o alimento fica à disposição das entidades que o buscam durante a semana.

Frequência e forma de entrega depende do projeto de venda:

Pnae – venda para o estado: a entrega é quinzenal. Porém, quando há falta de algum alimento, o prazo pode ser estendido. Nesse caso, a engenharia é maior, é montada uma escala de recolhimento com o caminhão da cooperativa, que passa em diversos locais para ser carregado, e, na sequência, entrega nas várias escolas que estão no projeto.

Pnae – venda para município: a entrega é semanal. No caso dos municípios da região da Amures, os próprios grupos/associações da Rede de Agroecologia, com o apoio da Cooperativa Ecoserra, atendem às demandas.

PAA: em geral, a entrega é mensal, porém sua frequência depende da época da safra.

Fluxo financeiro

Todos os projetos têm ficha de controle que registra negociação anterior de entrega (quinzenal ou mensal).

A cada entrega, emite-se termo de aceitação para comprovar que o produto foi entregue em condição de consumo.

Após uma ou duas entregas (às vezes até quatro), é emitida uma nota pelo(a) produtor(a) rural para a Ecoserra que, por sua vez, emite uma contranota para o(a) agricultor(a).

A Ecoserra junta todas as notas de produtores(as) e emite uma nota fiscal própria para a Conab, incluindo recolhimento de impostos.

A Conab verifica toda a documentação e tem um período para emitir o pagamento para a Ecoserra, em conta específica da Cédula de Produtor Rural (CPR) do projeto.

Após receber da Conab, a Ecoserra efetua pagamento ao(à) produtor(a), normalmente em conta-corrente ou poupança, para gerar documentos contábeis.

O valor do produto varia em função do mercado

PAA – Há uma dinâmica própria e os preços são definidos pela Conab. Desse valor, são subtraídos impostos, taxa de administração e frete (se houver), resultando no valor líquido do(a) agricultor(a).

Para cada situação, são criadas tabelas que contêm os valores do preço de venda (valor bruto), impostos, frete (se houver) e taxa de administração. Os valores dos impostos podem variar bastante, sendo que alguns produtos são isentos e outros (principalmente os

agroindustrializados) possuem uma carga tributária alta, ou seja, paga-se muitos impostos.

Pnae – O PAA define o preço de venda para o Pnae, mas, em vários produtos, o valor não atende às necessidades dos(as) agricultores(as). A resolução do Pnae abre a possibilidade do preço ser definido com uma pesquisa no mercado local e regional. Nesses casos, o preço é definido em conjunto com os grupos, associações e, se for homologado pelo(a) comprador(a), já estão embutidos os impostos, a taxa de administração e o frete. Se o preço não for aceito, precisará haver rodadas de negociação entre quem compra e a diretoria da Ecoserra até fechar um preço que seja compatível com a expectativa da cooperativa e dos(as) agricultores(as).

Despesas na comercialização – Em média, 15% do valor comercializado vão para taxa de administração da cooperativa; 3% para as organizações de base (associação ou sindicato de trabalhadores rurais); e de 5 a 10% para o frete (conforme o mercado), mais os impostos que incidirem sobre os alimentos.

Prazo de pagamento ao produtor – Há demora de 45 dias, em média, para o(a) agricultor(a) receber o pagamento de uma entrega (considerada razoável se comparada à experiência de abastecimento do mercado atacadista). Ocorrem atrasos por parte do poder público em algumas situações e, nesses casos, a direção da Ecoserra precisa fazer contato e mediação entre os(as) fornecedores(as) e o poder público.

A cooperativa tem um sistema informatizado de gestão e também planilhas internas que controlam os fluxos. O livro-caixa é informatizado e, no caso do mercado institucional, existem planilhas de controle para manter as cotas dos(as) associados(as), conforme prevê a legislação. Também são discutidas em assembleias as taxas de administração, custo do frete e como vão ser recolhidos os impostos que incidem sobre os produtos quando são comercializados. Dessa discussão, sai uma planilha de custos e também o valor bruto e o valor líquido que cada produto vai ter no projeto de venda para o mercado institucional.

Possibilidades e desafios

Entre os grandes desafios e gargalos para o abastecimento do mercado institucional, estão a demora dos processos e uma enorme burocracia para ser dominada.

Especificidades do PAA

– A grande dificuldade é a periodicidade de entrega, que é muito difícil de acertar em função da sazonalidade da produção agropecuária (ainda mais em regiões onde o frio limita a produção em um curto período durante o ano).

– O tempo de seis meses a um ano do planejamento para a entrega no PAA é uma longa jornada que exige fôlego do(a) produtor(a) e base política para funcionar; caso contrário, não é possível elaborar as propostas e dar continuidade aos processos de comercialização no mercado institucional.

Especificidades do Pnae

– A Ecoserra considera importante fazer interação com as escolas na educação alimentar. A nova Lei de Alimentação Escolar prevê a necessidade de implementação de processos de educação alimentar na escola e de Centros de Referência em Formação para Educação Alimentar nos estados.

Mas ainda não há recurso específico para educação alimentar nas escolas.

Fluxo financeiro

– É preciso montar ou adequar instrumentos de controle que possam ser apropriados por cooperativas da agricultura familiar. Normalmente, os softwares que existem no mercado não dão conta das necessidades de controle desse tipo de cooperativa.

– Também é preciso conseguir dinheiro para capacitar dirigentes e agricultores(as) familiares para entender os mecanismos de controle estatal e interagir com eles. Há, portanto,

que se prever o custo de tempo e de capacitação para gestão dos projetos de venda, que, na maioria das vezes, precisam ser realizados com recursos de projetos de formação.

– O preço determinado tem de vigorar pelo período de vigência do projeto (em média, um ano no PAA e seis meses no Pnae). Portanto, não é possível aumentar o valor, mesmo que no mercado convencional o preço seja mais vantajoso.

Gestão democrática da informação

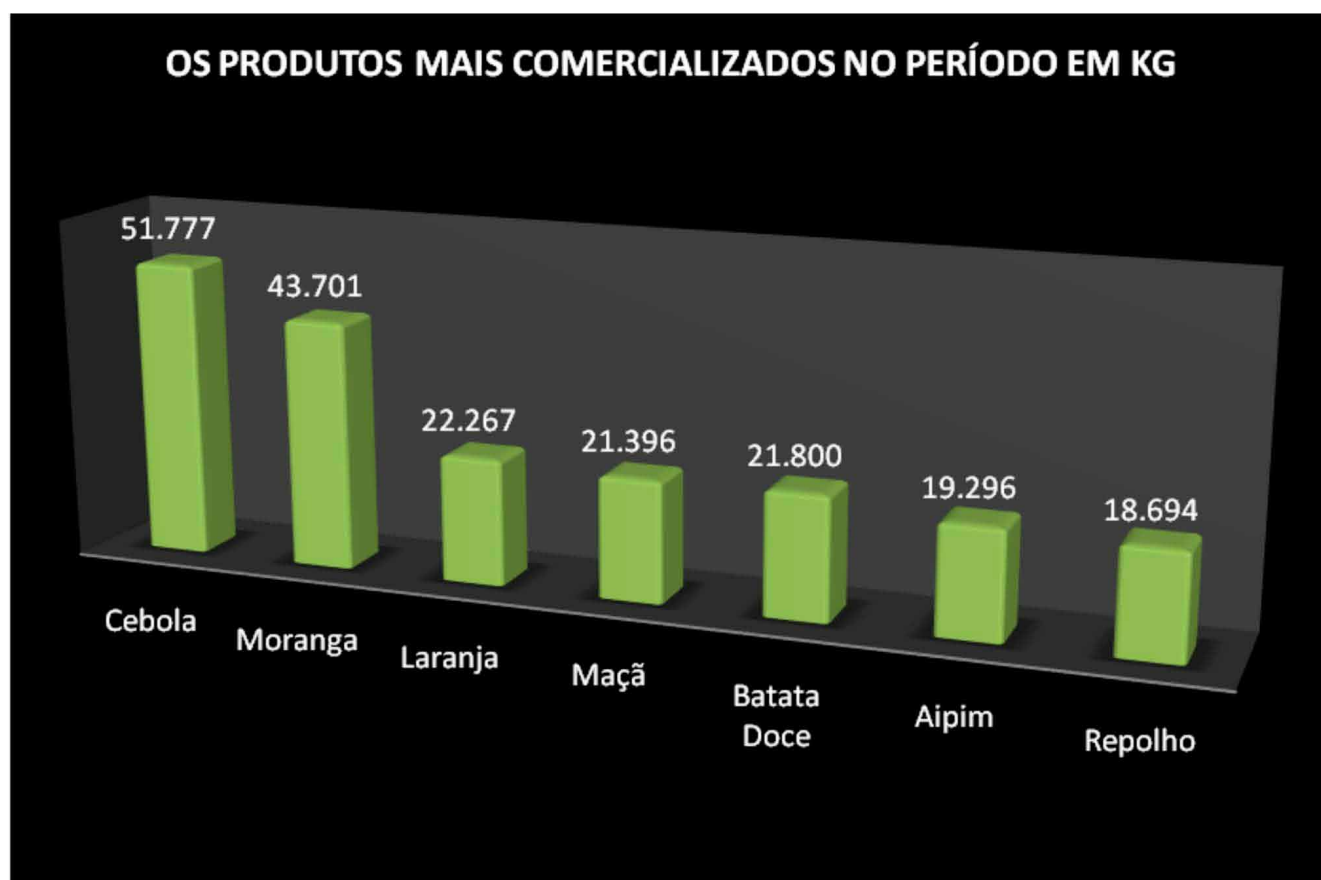
Quanto mais descentralizada e democratizada é a gestão da informação maior a possibilidade de participação de todos os atores da cadeia de produção, comercialização justa e solidária e consumo responsável. Embora a internet seja importante – facilitando o conhecimento e acompanhamento dos programas de governo ou a transparência dos

processos e procedimentos de compra, por exemplo – ela não deve substituir a interação pessoal e o planejamento participativo nas oficinas formativas.

Porque é nos encontros pessoais que se fortalecem os acordos e os laços de confiança e solidariedade. A internet, após feitos os acordos entre os atores em reuniões de planejamento presenciais, poderá apenas facilitar os procedimentos e encaminhamentos da gestão da informação.

Entre os principais desafios da gestão de informação de forma eletrônica estão: a descentralização e democratização do acesso à gestão da informação; a superação do desafio da alfabetização digital, em especial de populações que ainda têm dificuldade de leitura e escrita, além de acesso dificultado à internet nas propriedades rurais. Outro ponto importante é promover a formação dos atores da rede na comercialização de forma solidária para o mercado institucional.

Gráfico Nº 1 - Alimentos comercializados em maior quantidade no período de abril de 2009 até abril de 2010.



Fonte: Cooperativa Ecoserra.

11. Referências Bibliográficas

Bacelar, Tânia. Gestão social dos territórios / Tânia Bacelar...[et.al] – Brasília: IICA, 2009.(Série Desenvolvimento Rural Sustentável: v.10)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório do II Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais. SDT, Salvador - BA, Novembro 2007.

BRITO, Paulo Afonso. Redes Sociais – Aspectos metodológicos (texto apresentado no III Encontro Nacional de Colegiados Territoriais. Beberibe – CE, novembro 2008).

CABANILHA, Inês, III Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais – Síntese do Relatório Final. Brasília – DF, Dezembro 2008.

Caderno de Formação 1. Rede Ecovida. Uma identidade que se constrói em Rede. Org. Valdemar Arl. Lapa-PR, julho de 2007.

Consumo Responsável e Compra Públicas: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Rio de Janeiro, dezembro de 2010.

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina em Dados. Florianópolis: FIESC, 2010. 136p.

MAGNANTI, N.J. Rede de Agroecologia do Território Serra Catarinense: um ator protagonista para o fortalecimento da Agricultura Familiar. Revista Agriculturas:experiências em agroecologia.v 7. n I, março de 2010.

MDA/SDT – Orientações gerais para qualificação do PTDRS: guia do Plano Safra Territorial. Brasília, 2009.

MDA/SDT – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Orientações Gerais para a elaboração e Qualificação do PTDRS. Doc. de Apoio. Brasília, 2009.

MDA/SDT – Referenciais para a Gestão Social dos Territórios rurais. Doc. Apoio nº 04. Brasília, 2006.

MDA/SDT – Referenciais para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Programa de Fortalecimento da Rede de Colegiados Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável. CONDRAF. Brasília, 2005 (versão digitalizada).

MDA/SDT – Revista Desenvolvimento Territorial em Foco. Brasília, 2011

MDA/SDT - Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais – Guia para a Organização Social. Brasília, 2006

Novos paradigmas de produção e consumo:experiências inovadoras/organizadores Leandro Moraes e Adriano Borges-São Paulo:Instituto Polis, 2010. 468p.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Serra Catarinense (PTDRS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Lages, 2011. 68p.

SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais, VOLUME 8. Organizadores Carlos Miranda e Breno Tibúrcio.

12. ANEXOS

Tabela Nº 21 - Produtos que serão comercializados pela Cooperativa Ecoserra.

PRODUTOS	Tipo	Forma / embalagem para venda	Período do ano em que há oferta	Indicar volume disponível/Período do	Produto ecológico (ECO) ou em conversão (EC)	Preço (Factive) de Negociação em função de volume e frete)	Certificadora
Abobora	Goianinha	Caixa e saco de 20 kg	Fevereiro a Abril	3000 Kg	ECO	R\$ 0,90	Ecovida
Abobora	Kabutiá	Saco de 20 Kg	Janeiro a Maio	30.000 Kg	ECO	R\$ 1,00	Ecovida
Abobora	Exposição	Saco de 20 kg	Fevereiro a Maio	5000 Kg	ECO	R\$ 0,65	Ecovida
Alface	Americana	Caixa com 30 Und	Janeiro a Julho	1500 Und/mês*	ECO	R\$ 1,30	Ecovida
Alface	Crespa	Caixa com 30 Und	Janeiro a Julho	1500 Und/mês*	ECO	R\$ 1,00	Ecovida
Alho	Porró	Saco de 20 Kg	Fevereiro a Março	200 Kg	ECO	R\$ 7,00	Ecovida
Batata Doce	Casca Roxa e Branca	Caixa e Saco de 20 kg	Março a Julho	10000 Kg	ECO	R\$ 0,95	Ecovida
Batata-Salsa	Amarela	Caixa de 20 Kg	Março a Julho	700 Kg	ECO	R\$ 3,60	Ecovida
Banana	Prata	Caixa de 20 Kg	Janeiro a Julho	3.500 Kg	ECO	R\$ 1,75	Ecovida
Citrus	Diversos	Caixa de 20 Kg	Abril a Julho	8000 Kg	ECO	R\$ 1,50	Ecovida
Beterraba	Early Wonder, Kathrine, Tall Top e Chata do Egito	Caixa de 20 Kg	Janeiro a Junho	3000 Kg	ECO	R\$ 2,40	Ecovida
Brocolis	Piracicaba	Caixa com 40 Und	Janeiro a Julho	14.000 Und	ECO	R\$ 1,90	Ecovida

PRODUTOS	Tipo	Forma / embalagem para venda	Período do ano em que há oferta	Indicar volume disponível/Período do	Produto ecológico (ECO) ou em conversão (EC)	Preço (Factual de Negociação em função de volume e frete)	Certificadora
Caqui	Fuyu	Caixa com 20 kg	Março a Abril	30.000 Kg	ECO	R\$ 2,40	Ecovida
Cebola	Indústria	Saco com 22 kg	Janeiro a Março	3.000 Kg	ECO	R\$ 1,30	Ecovida
Cebola	Crioula	Saco com 22 Kg	Janeiro a Maio	30.000 Kg	ECO	R\$ 2,30	Ecovida
Cenoura	Nantes (inverno), (Brasília Verão)	Caixa com 20 Kg	Janeiro a Julho	4000 Kg	ECO	R\$ 2,40	Ecovida
Chuchu	Crioulo	Caixa com 20 Kg	Fevereiro a Maio	2000 Kg	ECO	R\$ 1,40	Ecovida
Couve-Flor	Bola de Neve e variedades de verão (Viena, 4 Estações etc...)	Caixa com 30 Und	Janeiro a Julho	10.000 Und	ECO	R\$ 1,80	Ecovida
Feijão	Carioca	Saco de 50 Kg	Fevereiro – Maio	5.000 Kg	ECO	R\$ 2,90	Ecovida
Feijão	Preto	Saco de 50 Kg	Fevereiro – Maio	10.000 Kg	ECO	R\$ 2,90	Ecovida
Feijão	Vermelho	Saco de 50 Kg	Fevereiro a Abril	5.000 Kg	ECO	R\$ 2,90	Ecovida
Kiwi	Gold	Caixa com 20 Kg	Abril a Maio	3000 Kg	ECO	R\$ 3,30	Ecovida
Kiwi	Bruno	Caixa com 20 Kg	Abril a junho	15000 Kg	ECO	R\$ 4,50	Ecovida
Maçã	Fuji	Caixa com 20 Kg	Abr Il a Junho	3000 kg	ECO	R\$ 3,90	Ecovida
Maçã	Gala	Caixa com 20 Kg	Fevereiro a Março	7000 Kg	ECO	R\$ 4,30	Ecovida

PRODUTOS	Tipo	Forma / embalagem para venda	Período do ano em que há oferta	Indicar volume disponível/Período do	Produto ecológico (ECO) ou em conversão (EC)	Preço (Factível de Negociação em função de volume e frete)	Certificadora
Maracuja	Maracujá Doce	Caixa com 20 Kg	Maio a Julho	1200 Kg	ECO	R\$ 2,30	Ecovida
Melancia	Crimsom Sweet	Por Unidade- Sem Embalagem	Janeiro a Fevereiro	1500 Kg	ECO	R\$ 0,80	Ecovida
Milho Verde	Crioulos e Híbridos	Caixa com 20 Kg	Janeiro a Março	10.000 Und	ECO	R\$ 0,50	Ecovida
Morango	Diversos	Caixa com 10 kg	Janeiro a Março	1000 Kg	ECO	R\$ 9,50	Ecovida
Pinhão	Diversos	Saco com 30 Kg	Abril a Julho	10.000 Kg	ECO	R\$ 2,50	Ecovida
Pêra	Abacaxi	Caixa 20 Kg	Fevereiro a Abril	6.000 Kg	ECO	R\$ 2,70	Ecovida
Repolho	Roxo	Saco com 15 Und	Fevereiro a Julho	4.000 Und	ECO	R\$ 1,50	Ecovida
Repolho	Verde	Saco com 15 Und	Fevereiro a Julho	15.000 Und	ECO	R\$ 1,40	Ecovida
Tomate	Longa Vida	Caixa com 20 kg	Janeiro a Março	4.000 Kg	ECO	R\$ 2,90	Ecovida
Uva	Isabel	Caixa com 20 Kg	Janeiro a Fevereiro	10.000 kg	ECO	R\$ 2,90	Ecovida
Uva	Casca Dura	Caixa com 20 Kg	Janeiro a Março	3.000 Kg	ECO	R\$ 2,90	Ecovida
Uva	Grano D'oro	Caixa com 20 Kg	Janeiro a Fevereiro	600 Kg	ECO	R\$ 2,90	Ecovida



Financiador:



Apoiadores

MISEREOR



REDE DE AGROECOLOGIA
ECOVIDA[®]



Rede de Agroecologia
do Território da Serra Catarinense



Av. Papa João XXIII, 1565 - Cx.P. 111 - Lages - SC - CEP 88.505-200
Fone/Fax:(049) 3222-4255 – correio eletrônico: vianei10@brturbo.com.br